

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SUSANA MONTENEGRO SOARES

O BIBLIOTECÁRIO DE AQUISIÇÃO NO UNIVERSO DIGITAL: questões sobre
direito autoral, licenciamento e acesso livre

RIO DE JANEIRO

2007

SUSANA MONTENEGRO SOARES

**O BIBLIOTECÁRIO DE AQUISIÇÃO NO UNIVERSO DIGITAL: questões sobre
direito autoral, licenciamento e acesso livre**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia

Orientador: Prof^a. Dr^a. Simone da Rocha Weitzel

Rio de Janeiro
2007

S676

Soares, Susana Montenegro.

O bibliotecário de aquisição no universo digital: questões sobre direito autoral, licenciamento e acesso livre / Susana Montenegro Soares. – 2007.

95 f. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Bibliografia: f. 87-95.

1. Aquisição digital. 2. Acesso versus posse.
3. Licenciamento de periódicos. I. Título.

CDD 025.2832

SUSANA MONTENEGRO SOARES

O BIBLIOTECÁRIO DE AQUISIÇÃO NO UNIVERSO DIGITAL: questões sobre direito autoral, licenciamento e acesso livre

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Escola de Biblioteconomia
da Universidade Federal do Estado do Rio
de Janeiro, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em
Biblioteconomia

Aprovado em

de 2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Simone da Rocha Weitzel – Orientadora
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a. ESP. Iris Abdallah Cerqueira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a MS Elisa Machado
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha família que sempre esteve, sempre estará ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me criou e colocou o amor pelo conhecimento em meu coração.

A meus pais, irmã e irmão, vocês são a melhor parte de mim.

A meus amigos pelos risos, sorrisos e lágrimas que compartilhamos.

A meus líderes e companheiros de trabalho pelo apoio e compreensão.

Aos professores da Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) que me tomaram pela mão e conduziram meus primeiros passos na Biblioteconomia.

Em especial à minha orientadora, professora Simone da Rocha Weitzel por quem tenho grande admiração e respeito; por sua paciência, serenidade e encorajamento.

A todos pela fé que depositam em mim, muitas vezes maior do que a minha própria confiança.

“Uma coisa é certa: vivemos hoje em uma destas épocas limítrofes na qual toda a antiga ordem das representações e dos saberes oscila para dar lugar a imaginários, modos de conhecimento e estilos da regulação sociais ainda pouco estabilizados (...) um novo estilo de humanidade é inventado”.

(Pierre Lévy)

RESUMO

Traz uma breve análise da transformação do suporte da informação de documento tangível para intangível com enfoque nos desdobramentos desta transformação no objeto de trabalho do bibliotecário de aquisição. Aborda o debate sobre acesso e posse da informação entre bibliotecas, iniciativas de livre acesso à informação e o papel dos editores. Destaca novos modelos de negócio, reflexos da filosofia dos agentes informacionais que os criaram com os quais o bibliotecário de aquisição precisa trabalhar. Visa apresentar um panorama das mudanças e conflitos gerados a partir da crescente utilização dos meios eletrônicos para acesso à informação definindo novas exigências da biblioteca e do bibliotecário. Propõe três arquétipos ou posturas de bibliotecários de aquisição diante do ambiente eletrônico.

Palavras-chave: Aquisição digital; Acesso versus posse; Licenciamento de periódicos; Direito Autoral; Movimento de acesso aberto.

ABSTRACT

Brings a brief analysis of the transformation from a tangible to an intangible form of the information supports; focusing on the influence of this transformation on the object of the acquisitions librarians work. Covers the debate over access and ownership of information between libraries, open access initiatives and the role of editors. Presents new business models that reflect the philosophy of the information agents who created them with which the acquisitions librarian has to work with. Aims to present an overview of the changes and conflicts generated from the ever growing use of electronic mediums, to access information defining new challenges for the library and the librarian. Proposes three archetypes or postures of acquisitions librarians when confronted with the electronic environment.

Key words: Digital acquisition; Access versus ownership; Periodical Licensing; Copyright; Open Access Movement.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Primeiro registro da pesquisa por Silva, Brasil e 2007.....	53
Quadro 2	Primeiro registro da pesquisa por Clemens, 1997 a 2007.....	54
Quadro 3	Segundo registro da pesquisa por Clemens, 1997 a 2007.....	55

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	IMPLICAÇÕES DA NATUREZA DA INFORMAÇÃO PARA O BIBLIOTECÁRIO DE AQUISIÇÃO	13
2.1	Aspectos da transição do impresso para o eletrônico	14
2.2	Informação é para todos	19
2.2.1	<i>Direito autoral</i>	20
2.2.2	<i>Copyright</i>	21
2.2.3	<i>Sobre a razão de publicar e o ciclo de criação</i>	25
2.2.4	<i>Copyleft</i>	28
2.2.5	<i>Acesso aberto</i>	29
2.2.5.1	O papel do periódico científico.....	29
2.2.5.2	O papel da editoras científicas.....	30
2.2.5.3	Dificuldades de acesso à literatura científica.....	32
2.2.5.4	A filosofia aberta aplicada.....	33
3	O DILEMA ACESSO VERSUS POSSE	39
3.1	Licenciamento de periódicos: breve introdução	43
3.2	Bases de dados: classificações	49
3.3	O bibliotecário de aquisição no universo digital	56
3.3.1	<i>Cooperativo: o modelo BVS</i>	57
3.3.2	<i>Subsidiado: o modelo da CAPES</i>	62
3.3.3	<i>E-print archive: o modelo do E-LIS</i>	67
3.4	Os modelos, agentes e arquétipos	72
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	87

1. INTRODUÇÃO

Em harmonia com a linha de pesquisa Biblioteconomia, Cultura e Sociedade para uma reflexão das dificuldades enfrentadas pelas bibliotecas a fim de encontrar um equilíbrio satisfatório entre as necessidades informacionais de seu público-alvo e suas próprias limitações orçamentárias institucionais, o presente trabalho teve por objetivo apresentar os desafios do bibliotecário de aquisição em um relativamente novo campo de atuação: o universo digital.

Para alcançar tal feito, a metodologia utilizada foi o estudo exploratório da literatura produzida nas áreas de Biblioteconomia e Ciência da Informação, e em nível secundário das áreas de Comunicação, Direito e Psicologia; acompanhado pela identificação e análise dos modelos de negócio presentes no ambiente digital com o quais o bibliotecário de aquisição precisa familiarizar-se para desempenhar suas atividades de forma efetiva.

No decorrer da elaboração deste trabalho tornou-se evidente que para facilitar a compreensão do contexto no qual o bibliotecário de aquisição se insere era preciso expor o cenário de transformações que o afetam, como, por exemplo, o debate sobre a alteração dos papéis exercidos pelo autor, editor, usuário e mesmo do bibliotecário no processo de comunicação científica.

Desta forma, na seção dois foi definida a natureza da informação na sociedade da informação, e seguimos com a gênese do dilema ao tratar da transição das publicações do impresso para o eletrônico, trazido pelas novas tecnologias da informação e comunicação bem como os questionamentos que derivaram deste processo; entre estes o questionamento do conceito de propriedade da informação cujo debate é detalhado na subseção sobre direitos autorais.

Tendo ambientado a biblioteca e o bibliotecário neste contexto onde “[...] a exploração do conhecimento passa a ter primazia sobre o acesso; [e] o acesso passa a ter primazia sobre a propriedade” (PEREIRA, 1996 apud CARVALHO; KANISKI, 2000, p. 38) a seção três aborda o dilema do acesso versus posse na biblioteca buscando enfoque sobre a aquisição de periódicos e fontes de informação científica na era digital, expondo alterações na sua conceituação, estrutura e processo de obtenção.

A partir da análise dos modelos de negócio subsidiado, cooperativo e de *e-print archive* foi possível relacioná-los com a evolução da discussão sobre direitos

autorais, licenciamento de periódicos e o movimento de acesso livre. Além disso, em complemento à descrição dos modelos de negócio que predominam no ambiente digital no que tange ao acesso à informação tanto por parte dos bibliotecários de aquisição quanto por parte dos próprios usuários; a análise feita resultou na identificação e apresentação de arquétipos do bibliotecário de aquisição no ambiente virtual. Contexto este que o bibliotecário de aquisição deve conhecer para exercer de forma crítica seu papel e no qual deve atuar de forma cada vez mais proativa.

Por fim são estabelecidas quais necessidades precisam ser atendidas para que a biblioteca possa cumprir seu propósito fundamental que é “auxiliar na transferência da informação e no desenvolvimento do conhecimento” (EVANS, 2000, p. 15) e os papéis que o bibliotecário de aquisição terá de exercer para tanto.

2. IMPLICAÇÕES DA NATUREZA DA INFORMAÇÃO PARA O BIBLIOTECÁRIO DE AQUISIÇÃO

Na introdução de seu livro Lawrence Lessig (2004, p. 1, tradução nossa) nos conta sobre uma crítica que havia recebido anos antes quando do lançamento de seu primeiro livro, na qual o crítico alegava que a Internet, “não afetava quem não estivesse conectado”, ele ainda colocava que bastava “desligar o computador e qualquer problema que estivesse lhe afetando naquele espaço não lhe ‘afetaria’ mais”. Esta não é a opinião do autor e também não é a opinião de Castells (2001, p. 87) ou Levinson (1997, p. 34), que nos explicam como a evolução das tecnologias da informação, e por tecnologias da informação “incluo, como todos, o *conjunto convergente* de tecnologias em microeletrônica, computação (*software e hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica” (CASTELLS, 2001, p. 49, grifo do autor), fez surgir uma nova economia e uma nova sociedade:

Sem dúvida, informação e conhecimento sempre foram elementos cruciais no crescimento da economia, e a evolução da tecnologia determinou em grande parte a capacidade produtiva da sociedade e os padrões de vida, bem como formas sociais de organização econômica. Porém [...] estamos testemunhando um ponto de descontinuidade histórica. A emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo. [...] é a conexão histórica entre a base de informação/conhecimentos da economia, seu alcance global e a revolução da tecnologia da informação que cria um novo sistema econômico (CASTELLS, 2001, p. 87).

Conhecimento sempre foi poder [...] mas conhecimento somente se tornou uma mercadoria na cultura de massa, para ser comprada, vendida, trocada e de qualquer maneira negociada, no advento da imprensa. Hoje [os] computadores aceleraram, expandiram e [...] ampliaram este processo na “sociedade da informação” em que hoje habitamos (LEVINSON, 1997, p. 34, tradução nossa).

Como se a maçã tivesse caído novamente sobre Newton ou um novo Arquimedes tivesse gritado “Eureka!”, a informação surgiu como a matéria prima de trabalho e estudo. Tem se a impressão que de uma hora para outra a sociedade descobriu o valor da informação; seu valor como elemento de transformação da realidade e seu valor como mercadoria. É Evans (2000, p. 4, tradução nossa) quem destaca que embora para muitos indivíduos a informação está sendo vista como “um fenômeno natural, misterioso, recentemente descoberto, para os bibliotecários [...] a informação não é nem nova nem misteriosa; é o produto com o qual sempre

trabalharam, uma velha amiga”. Mas esta velha amiga, também se transforma. Marília Levacov (1997) em seu artigo sobre bibliotecas virtuais explora a passagem do impresso para o digital destacando essa transformação:

A tecnologia é um catalisador de mudanças particularmente importantes e pungentes para as bibliotecas, uma vez que cria novas necessidades e altera velhos e sólidos paradigmas estabelecidos ao longo de muitos séculos. A decorrência maior desta transição é que a informação torna-se cada vez menos ligada ao objeto físico que a contém (LEVACOV, 1997, p. 125).

E o surgimento destas tecnologias levanta questionamentos (será que o livro impresso vai desaparecer?), e medos (com a Internet e a informação digital o usuário não precisa mais do bibliotecário) (KANE, 1997, 63); mas também revitalizam o estudo da Biblioteconomia num esforço de responder estas questões e melhor incorporar estas novas tecnologias à biblioteca. A matéria prima do bibliotecário “a informação” (MONTEIRO, 2000, p. 25-26) permanece a mesma, mas houve mudanças no objeto sobre a qual, ou formato na qual ela está registrada.

2.1 Aspectos da transição do impresso para o eletrônico

Segundo Guinchat e Menou (1994, p. 41), “um documento é definido como um objeto que fornece um dado ou uma informação, o suporte material do saber e da memória da humanidade”. Com base nos elementos por eles descritos, é possível realizar um exercício de análise e observar que diversas características intrínsecas e extrínsecas aos documentos, que os autores definiram como intelectuais (como por exemplo, o objetivo do documento, sua função) e físicas (entre elas a apresentação do documento, se ele tem capa dura, ou se foi postado numa página da Internet), foram suscetíveis aos avanços tecnológicos da era da informação. Os autores detalharam cada característica, destrinchando a tipologia dos documentos e a partir disto foram listados exemplos das mudanças engendradas pela tecnologia.

A característica intelectual destacada: a origem dos documentos foi escolhida pelo fato de que entre as características intrínsecas descritas pelos autores: o objetivo do documento, seu grau de elaboração, seu conteúdo, seus tipos (monografia, fotografia, mapas, etc.) e sua origem; esta última apresenta maior

predisposição à influência das tecnologias da informação e comunicação. Pela mesma razão as características físicas destacadas foram: a natureza dos documentos; seu material, a forma de produção dos documentos e sua forma de publicação.

A característica material, refere-se ao suporte em que o documento foi criado: pedra, tijolo, osso, tecido, papel, etc. Quanto à natureza, os autores diferenciam os documentos em textuais (onde as informações são essencialmente apresentadas em texto escrito) e não textuais (que podem incluir, pinturas, pôsteres, ou documentos eletrônicos):

[...] Os documentos não textuais podem ter uma parte de texto escrito, mas o essencial de suas informações é apresentado em outra forma. Estes documentos devem ser vistos, ouvidos ou manipulados. [...] [Nesta categoria, encontramos] os documentos eletrônicos utilizados em informática. Veiculam texto, imagem e som. São os documentos do futuro (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 42).

“Mas a inovação tecnológica fez surgir novos suportes cada vez mais difundidos” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 42-43). Como categorizar um documento que é essencialmente textual, mas foi disponibilizado ao público através da Internet, ou seja, sua leitura (visualização) primária se dará pela tela de um computador? É o caso, por exemplo, de um periódico eletrônico da área de medicina, com seus artigos de mancha gráfica densa, disponíveis para visualização tanto em linguagem HTML ou em um arquivo em PDF. Qual é o suporte físico deste artigo? O mesmo encontra-se numa base de dados em um servidor, mas pode ser salvo em disquete, cd-rom ou pode ainda ser impresso. Para determinar qual seu suporte, leva-se em conta o suporte da origem ou a que será escolhida pelo usuário final? Alterou-se não só o suporte físico do documento (definido como o registro da informação), como sua forma de organização e assimilação (MONTEIRO, 2000).

Vê-se com o avanço das tecnologias da informação, a desmaterialização da informação. A descrição bibliográfica, no ambiente eletrônico pode não utilizar elementos “como número de volumes, páginas, fascículos, colunas, cadernos etc” (MONTEIRO, 2000, p. 25), em alguns casos, os mesmos inexistem. O hipertexto possui uma “estrutura associativa que reproduz, muito de perto, a estrutura da memória humana” (LE COADIC, 1996 apud MONTEIRO, 2000, p. 29), uma palavra que remete para outra, que remete a uma terceira. Estas palavras, estes *links*, no

hipertexto, são o equivalente aos descritores da ficha catalográfica, a representação temática do documento, mas livres de limitações como a dimensão da ficha ou mesmo a semântica do texto.

Estas transformações desencadearam uma série de reflexões quanto à descrição e representação temática dos documentos; para a Biblioteconomia isto implica na necessidade de adaptar-se e criar novas maneiras de representar a informação (MONTEIRO, 2000).

Na penúltima característica física destacada, a forma de produção, os autores categorizam os documentos de duas maneiras: documentos brutos (ou naturais, tais como os anéis do tronco de uma árvore que documentam sua idade, ou o fóssil do primeiro peixe encontrado dentro da pedra); e documentos manufaturados, produzidas pelo homem, “como as obras literárias, artísticas, científicas, técnicas” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 43). Os autores explicam como as “inovações técnicas” e o uso de novos suportes alteraram os “meios de produção” destes documentos manufaturados, “que são atualmente mais diversificados e mais simples, além de serem [...] mais potentes” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 43). Como exemplos, os autores ainda citam a reprografia e a microedição:

[...] A reprografia permite duplicar facilmente os documentos, multiplicando desta forma, as possibilidades de acesso e de difusão reservadas até bem pouco tempo a uma minoria. A microedição é a edição de documentos em formatos extremamente reduzidos; tendo como suporte um filme, uma ficha ou um cartão. Apesar de ter certos inconvenientes, esta forma de edição traz vantagens consideráveis na redução de peso, de espaço, e na facilidade de distribuição e de duplicação, simplificando o funcionamento das unidades de informação e circulação da informação (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 43).

Os autores, em seus exemplos, quiseram destacar que à medida que evoluem os meios de produção, a facilidade com que a informação pode ser obtida, disseminada e copiada também evolui. Vale notar que os autores não mencionaram a Internet. Que representação tem a Internet neste processo? A tecnologia digital existente possibilita a reprodução e conseqüente difusão destas publicações para um número infindável de usuários, por exemplo, um usuário pode acessar um artigo sobre as cinco leis de Ranganathan e ler, imprimir, salvá-lo ou ainda replicar este artigo para seu colega de turma, e este que acha o artigo interessante pode passá-lo para o colega do estágio, que o repassa para seu professor, que o envia para a lista de discussão de sua matéria, onde todos os seus outros alunos podem também

replicá-lo, salvá-lo ou postá-lo em seu *website*. A Internet “é considerada um dos meios mais eficientes para facilitar o uso, compartilhamento, transferência e armazenagem [...] vistos até hoje” (BENNET, 2000).

Com relação à forma de publicação Guinchat e Menou (1994) estabelecem que os documentos diferenciam-se, respectivamente, entre publicados (e, portanto comercializados) e não publicados que são os “documentos de trabalho, teses, relatórios de estudos ou de pesquisas” (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 42-45).

Os primeiros são distribuídos comercialmente e podem ser comprados por qualquer pessoa na instituição que os produziu, geralmente especializada nesta atividade, como as editoras ou as livrarias. Os documentos não publicados não são comercializados e sua difusão é, em geral, restrita. Constituem a chamada “literatura subterrânea” ou “literatura não convencional”, ou ainda “literatura cinzenta” [...] estes documentos devem ser sistematicamente procurados, mediante contatos pessoais com os autores ou com os organismos produtores (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 42-45).

Para Levinson (1997, p. 137, tradução nossa) é visível a importância da Internet pois “promove como nunca antes, o empoderamento do autor, dando ao criador do texto praticamente o mesmo acesso, imediato, sem impedimentos a uma audiência potencialmente interativa, que teria um palestrante“. Isto porque, o mesmo tem a oportunidade de se autopublicar, eliminando quaisquer intermediários (editores, gráficas, distribuidores, livrarias) entre ele e seu leitor. Criou-se o potencial para que a literatura cinzenta encontre seu leitor.

Em suma, a obra que antes era impressa em papel de dimensões preestabelecidas, publicado por uma editora, e localizado numa estante de biblioteca, onde só poderia ser retirado por um usuário de cada vez; hoje, pode ser um arquivo de “n” megabytes, virtualmente alocado num servidor da Internet, depositado pelo próprio autor e que pode ser visualizado ou impresso, da maneira que o usuário quiser, quantas vezes quiser e não somente por um de cada vez, mas simultaneamente por um número indeterminado de pessoas.

Levacov (1997, p. 126) também, destaca a alteração dos conceitos de espaço e tempo em que não mais importa o “onde” (onde o documento se encontra; onde o usuário se encontra) ou o tempo (que horas seriam num local ou no outro), a importância “passa a ser o ‘acesso’ e com freqüência, a ‘confiabilidade’ da informação” “[...] o conceito local de tempo torna-se secundário [...] a instantaneidade passa a ser palavra de ordem” (VIRÍLIO, 1996 apud LEVACOV,

1997, p. 126). São as “operações *just-in-time*, [onde] o uso das novas tecnologias da informação deixa em colapso a questão espaço e tempo” (BLEEKER, 1994 apud BLATTMANN; ALVES, 1999, p. 122, grifo do autor) e dão “acesso direto à informação [...] num formato que permita a sua manipulação, edição e utilização imediata para a produção de novos documentos” (RODRIGUES, 1996 apud BLATTMANN; ALVES, 1999, p. 121)

Dentre as características intelectuais delineadas por Guinchat e Menou (1994) e influenciada pelos recursos digitais, está a origem dos documentos:

A origem, a fonte e o autor de um documento exercem um papel importante na sua forma de utilização. A fonte de um documento pode ser pública ou privada, anônima ou conhecida, individual ou coletiva, secreta ou divulgada. O autor pode ser uma pessoa, ou um grupo de pessoas, uma organização ou várias organizações. (GUINCHAT; MENO, 1994, p. 47).

De acordo com o artigo trinta e três da lei brasileira de direitos autorais: “Ninguém pode reproduzir obra que não pertença ao domínio público, a pretexto de anotá-la, comentá-la ou melhorá-la, sem permissão do autor” (BRASIL, 1998). Isto restringe portanto a possibilidade de uso e difusão de tal obra. O mesmo não ocorre com uma obra de Machado de Assis, por exemplo, onde não há necessidade de pedir permissão ao autor ou mesmo remunerá-lo para publicar a obra, e a mesma pode ser publicada por qualquer editora. Suas obras encontram-se sob domínio público e podem ser utilizadas por qualquer um. Enquanto na Internet é possível encontrar obras localizadas atrás de barreiras de proteção cujo acesso é permitido somente para os usuários que possuem cadastro e senha de acesso; obras de domínio público como as de Machado de Assis disponíveis para uso do público geral em bibliotecas eletrônicas; existem ainda outras obras que são disponibilizadas pelos próprios autores logo após sua criação, de forma livre e gratuita.

Em Meadows (2001), é questionado outro aspecto desta característica intelectual. O autor em seu exemplo, compara uma carta escrita, considerada pelo mesmo como uma correspondência privada, e um e-mail (contendo a mesma mensagem) enviado a mil pessoas, que considerou como uma publicação. “Onde a transição da comunicação pessoal para a publicação ocorre?” (MEADOWS, 2001, p. 5-6). O documento é público ou privado, é confidencial ou não?

As novas tecnologias da informação e comunicação trouxeram com elas a necessidade de atenção à origem dos documentos. O bibliotecário deve estar atento

às nuances desta característica ao adquirir ou indicar uma obra pois dependendo da sua origem; o uso e a divulgação da obra ocorrerá de forma mais ou menos restritiva.

Guinchat e Menou (1994, p. 47) afirmaram que “A forma de obtenção de um documento, seu tratamento e sua difusão podem ser influenciados por estas características”; da mesma forma, na medida em as novas tecnologias de informação e comunicação alteraram “a forma de obtenção de um documento, seu tratamento e sua difusão”, é possível observar também a influência destes na origem dos documentos.

Tendo estabelecido que a informação e seu registro (o documento) são influenciados pelas mudanças tecnológicas, é possível estabelecer também que as bibliotecas apropriaram-se destes novos paradigmas tecnológicos para acompanharem esta influência. Ohira e Prado (2002) dissertam sobre a evolução das bibliotecas de acordo com o advento de novas tecnologias:

A história e a evolução das bibliotecas pode ser dividida em três momentos [...] No primeiro momento, tem-se uma biblioteca tradicional com seu espaço físico bem delimitado, com seus serviços e produtos de forma mecânica. Antes do advento da imprensa [...] Esta etapa compreende de Aristóteles até o início da automação em bibliotecas. No segundo momento, a biblioteca utiliza a tecnologia dos computadores nos seus serviços meios e fins, considerados os primeiros passos rumo à biblioteca eletrônica [...] Em um terceiro momento, a biblioteca contemporânea utiliza a informação no suporte digital com o advento do suporte em CD-ROM. A biblioteca eletrônica, a biblioteca do futuro, pensada como uma nova estratégia para o resgate de informações onde o texto completo de documentos está disponível *on-line*. Com o surgimento da Internet, a biblioteca ganha nova dimensão: deixa de ter somente um espaço físico e ganha um novo espaço – o ciberespaço (OHIRA; PRADO, 2002, p. 61).

E os autores concluem, que “as bibliotecas sempre acompanharam e venceram os novos paradigmas tecnológicos” (CUNHA, 2000 apud OHIRA; PRADO, 2002, p. 62), e dessa forma atuam de acordo com o preceito da quinta lei de Ranganathan. Os desafios que surgem com estes paradigmas ultrapassam a adaptação a uma terminologia técnica ou a limitação de recursos tecnológicos e envolvem a revisão de conceitos. A influência das novas tecnologias da informação na origem dos documentos suscitou a discussão sobre os conceitos de propriedade, acesso e divulgação da informação.

2.2 Informação é para todos

Nas seções anteriores foi explorado o conceito de que a informação tornou-se uma mercadoria de alto valor e como as tecnologias da informação atuaram sobre a informação conseqüentemente alterando a si mesmas.

As relações de troca de informação assimilaram procedimentos que envolvem transações e acordos financeiros. Numa economia baseada na informação, torna-se fundamental estabelecer quem possui o direito legítimo sobre aquela “mercadoria”, sobre a informação, de tal forma que os frutos daquela obra (sejam eles de caráter monetário ou não) sejam apropriadamente alocados. Esta atribuição de propriedade da informação no ambiente impresso ocorre de forma simples e baseia-se na posse física da obra; “da mesma forma que terra – [...] ter a posse física de um pedaço de papel era ter algum direito (geralmente não exclusivo) sobre as palavras que nele estivessem” (LEVINSON, 1997, p. 185, tradução nossa). De forma inversa, no ambiente eletrônico, a informação se desmaterializou, está livre de seu suporte físico, e desterritorializou-se, “[...] disponível tecnicamente, a qualquer um e a todos, em qualquer lugar e em todo lugar do mundo em questão de segundos” (LEVINSON, 1997, p. 185, tradução nossa). Definir que a propriedade da informação é daquele que a possui, não é mais viável no ambiente eletrônico.

Mas a quem irá pertencer o que antes estava no papel? Dentre os muitos deslocamentos engendrados pela mudança do texto do papel para a tela é a aparente ruptura com a propriedade intelectual (LEVINSON, 1997, p. 185, tradução nossa).

Afinal a quem pertence a informação? Estas são questões que envolvem o direito autoral e copyright. No intuito de compreender estes conceitos torna-se necessário apresentar um breve histórico de sua evolução. Embora tenha surgido em momento posterior ao conceito de copyright, explorou-se primeiramente o conceito de direito autoral por se tratar de um conceito mais abrangente e harmônico o que facilita a identificação e compreensão das nuances do copyright.

2.2.1 *Direito autoral*

Embora a noção dos direitos do autor sobre sua obra já estivessem em discussão no cenário filosófico e político da França desde o início do século dezoito

o primeiro direito autoral surgiu somente no encalço da revolução francesa e continuou a desenvolver-se no século que se seguiu (EWING, 2003). Os preceitos filosóficos do direito autoral francês influenciaram a redação das leis de direito autoral em todo o continente europeu e veio também a influenciar o direito autoral do Brasil.

É importante observar que existem dois conceitos diferentes agrupados no termo direito autoral. O primeiro é o direito do autor ou criador à sua obra: “o direito do autor ao ineditismo, à paternidade, à integridade de sua obra, que não pode ser modificada sem o seu consentimento” (OLIVEIRA; BOTELHO, 2007), é o que define o aspecto moral, característica do direito autoral (MARTINS FILHO, 1998, p. 184). O segundo é o aspecto patrimonial “que regula as relações jurídicas da utilização econômica das obras intelectuais” (MARTINS FILHO, 1998, p. 184) tratando essencialmente dos direitos de reprodução, distribuição e venda da criação do autor.

No Brasil este direito é assegurado pela Constituição Federal e regulamentado pela lei número 9.610 de 19 de fevereiro de 1998. Com a disseminação da informação em nível mundial, sempre propiciado pelo advento de novas tecnologias de informação e comunicação, foi necessário estender a proteção do direito autoral ao cenário internacional. O Brasil assinou diversos tratados internacionais com o intuito de resguardar internacionalmente para os autores e editores “a mesma proteção legal que têm em seu próprio país” (MARTINS FILHO, 1998, p. 184).

O artigo sétimo da lei brasileira define obras intelectuais protegidas como: “[...] as criações de espírito, expressas por qualquer meio, ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro [...]” (BRASIL, 1998).

O direito autoral através do reconhecimento do direito moral; prima por assegurar o vínculo entre o criador e sua obra, e concede a este o controle final sobre sua obra. Sendo possível uma distinção e divisão entre os conceitos de autoria (direito moral) e propriedade (direito de reprodução) (ROSENBLATT, 1998).

2.2.2 Copyright

Por sua vez o conceito de copyright surgiu e desenvolveu-se em países como a Inglaterra e Estados Unidos. Antes do século dezoito, não havia privilégios para os

autores, somente os livreiros que copiavam ou publicavam obras eram beneficiados com um direito perpétuo de reprodução; as restrições existentes serviam somente para impedir que outros copistas ou livreiros pudessem reproduzir as mesmas obras. Esta foi a primeira noção de copyright existente; que surgiu na Inglaterra advinda após a introdução da imprensa no final do século quinze (EWING, 2003).

O monopólio dos livreiros perdurou na Inglaterra até a promulgação pela monarquia inglesa da primeira lei de copyright em 1709. O *Copyright Act* de 1709 transfere aos autores o monopólio sobre suas obras, seu título é “Um Decreto para o Fomento da Instrução, ao conferir o direito à Cópia de Livros Impressos aos Autores ou compradores dessas Cópias, durante os períodos aí mencionados” (NIMUS, 2006).

Os Estados Unidos em sua primeira lei de copyright em 1790 utilizou o mesmo título “Um ato para o encorajamento da educação” (EWING, 2003) e em sua constituição declara que a proteção servirá para “Promover o progresso da ciência e das artes, ao assegurar aos autores e criadores por período limitado o direito exclusivo a seus escritos e descobertas” (EWING, 2003, tradução nossa). Os autores devem então ser premiados de alguma forma por suas criações; afinal, suas obras estão contribuindo para o progresso da ciência e das artes:

O propósito fundamental do copyright é assegurar aos autores e criadores de trabalhos literários, musicais e artísticos os direitos exclusivos às suas criações. Quem quer que seja o proprietário do copyright de uma obra pode copiar e distribuir a obra como desejar, geralmente por alguma forma de ganho monetário (DAVIS, 1997, p. 20, tradução nossa).

Na lei de copyright dos Estados Unidos de 1976, são dados ao detentor de um copyright os seguintes direitos:

- Reproduzir a obra ou registro fonográfico;
- Preparar obras derivadas a partir da obra original;
- Distribuir cópias ou registros fonográficos da obra ao público através da venda ou outra [forma de] transferência de propriedade, ou através do aluguel, licenciamento ou empréstimo;
- Apresentar a obra publicamente, no caso de obras literárias, musicais, dramáticas, e obras coreográfica, mímicas, cinematográficas e outras obras audiovisuais;
- Expor a obra publicamente, no caso de obras literárias, musicais, dramáticas, e obras coreográfica, mímicas e pictoriais, gráficas, ou obras esculturais, incluindo as imagens individuais de um filme ou outra obra audiovisual; e

- No caso de gravações sonoras, apresentar a obra publicamente através de uma transmissão áudio digital (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2007, tradução nossa).

Diante dos direitos expostos acima, verifica-se que o copyright privilegia o direito do autor à propriedade e comercialização de sua obra, seu patrimônio.

Para continuar a destrinchar a complexidade do tema, retomemos brevemente a história: aos autores os louros e a renda, pois além dos direitos morais, eles detinham os direitos de reprodução de suas obras. Existia apenas um problema nesta declaração, um impedimento prático. Os autores não dispunham dos meios para publicar suas obras (NIMUS, 2006); não havia como divulgar suas contribuições à ciência e às artes.

Novamente entraram em cena os livreiros, que cresceram tornando-se editoras, eles cuidariam de disseminar a informação, distribuindo as obras na forma de livros, publicações periódicas, ou sobre outro formato, bastando para isso que o criador negociasse com eles seus direitos autorais ou seu copyright. Com isso as editoras, que haviam perdido seu direito perpétuo de reprodução tiveram a oportunidade de manter seus lucros. Os artistas seriam remunerados; recebendo uma quantia acordada, mas para isto teriam de ceder seus direitos.

Nos países que adotaram o direito autoral como França e Brasil o autor nesta negociação cede seus direitos de reprodução, mas detém seus direitos morais. Já nos países como Inglaterra e Estados Unidos, o caso não é o mesmo, o copyright privilegia o aspecto patrimonial. Quanto ao aspecto moral dos direitos do autor, embora ambos os países mencionados afirmam reconhecê-lo, Hansmann e Santilli (1997) afirmam que os regimes de copyright existem de tal forma nestes países que “qualquer esforço de um artista [ou autor] de reter tais direitos morais após transferir os outros elementos de propriedade efetivamente não pode ser impingido” (HANSMANN; SANTILLI, 1997, tradução nossa). De tal forma que os direitos morais são potencialmente englobados no processo de transferência de propriedade.

Na prática, através da maior parte do mundo o copyright dá às *editoras* a proteção financeira pela obra, garantindo um monopólio por até 70 anos após o falecimento do autor. Este período de tempo tem aumentado gradativamente, levado adiante pelo argumento de que os autores devem ser tratados de forma justa – através da proteção à sua propriedade (EWING, 2003, tradução nossa, grifo do autor).

Nesse caso, o autor assume um risco ao publicar sua obra. Standler (1998) em seu trabalho sobre direitos morais nos Estados Unidos disserta sobre estes riscos, com ênfase no risco de abuso de poder ou autoridade. Por exemplo, a editora que detém o copyright da obra pode autorizar, sem o consentimento do autor a publicação de obras derivativas (obras criadas a partir daquele original). Um livro traduzido para o inglês a partir do original em português; pode ser considerada uma obra derivativa. Em outro exemplo, a editora pode autorizar o uso de trechos substanciais da obra original em outro livro de outro autor, e cujo resultado final pode ser danoso ao primeiro, o autor da obra original.

Em Holderness (1995), temos um exemplo de abuso de poder em que um periódico (neste caso um jornal de circulação diária) submeteu uma carta a seus colaboradores onde informam que:

[...] a comissão que nós lhes damos – e qualquer material não solicitado que possamos aceitar para publicação – será sob a condição de que o copyright do material será concedido à nós sem qualquer pagamento adicional [...]
(HOLDERNESS, 1995, tradução nossa).

O objetivo do periódico neste caso é, através do contrato assinado entre as partes, impedir que os autores dos trabalhos (sejam eles trabalhos escritos ou imagem) possam reclamar qualquer direito sobre elas no futuro; caso o periódico decida utilizá-las novamente. O que significa que se estes trabalhos forem utilizadas novamente os autores não precisarão ser remunerados novamente.

[...] A editora americana Ziff-Davis já há alguns meses vinha exigindo “todos os direitos mundialmente, em todas as formas de mídia conhecidas, agora ou no futuro”; assegurando que “Você incondicionalmente e irrevogavelmente cede... todos os direitos morais da contribuição”; e estabelecendo uma indenização de 25% (contra o padrão de 50%)
(HOLDERNESS, 1995, tradução nossa).

Os autores estão sendo remunerados não por sua contribuição, mas por abrir mão de seus direitos. E é importante garantir que estes direitos sejam cedidos de maneira definitiva, pois afinal de contas nunca se sabe o valor que uma obra pode ter no futuro; "se em 1965, você tivesse perguntado qualquer pessoa séria se a música mais recente dos Beatles ainda seria ouvida passados trinta anos, eles teriam dito 'é claro que não'. Agora, ela vale milhões – para o Michael Jackson" (DUFFY, [199?] apud HOLDERNESS, 1995). E, segundo o mesmo autor:

De nada adianta os criadores terem qualquer direito se as editoras podem dizer “ceda-o para nós se quiser trabalhar conosco – ou então morra de fome” (HOLDERNESS, 1995, tradução nossa).

As situações expostas mostram alguns exemplos da pressão que os autores sofrem no países que adotam o sistema de copyright e que estão em contradição com o princípio que fundamentou a criação copyright, que seria o equilíbrio dos interesses do autor, do editor e do público geral (EWING, 2003). O que está delineado, é um quadro em que os interesses dos autores são sobrepujados pelo interesse comercial do editor e não há qualquer menção sobre o direito do público.

2.2.3 Sobre a razão de publicar e o ciclo de criação

Ao descrever o papel do autor como tríplice, Weitzel (2006) explica que o autor é ao mesmo tempo produtor, disseminador e consumidor da informação. Ao realizar a pesquisa para fundamentar seu trabalho é consumidor, ao publicar um artigo atua como produtor e ao citar outros autores como fontes atua como disseminador. Em seu trabalho Ewing (2003) explica que com relação à proteção do autor o mundo convive atualmente com duas culturas diferentes: a primeira regulamentada pelo direito autoral protege os “direitos naturais dos autores”; a segunda regida pelo copyright provê “proteção econômica aos autores”. As medidas de proteção ao autor existem, fundamentalmente, para criar um ambiente propício à produção do conhecimento. Nesta seção, foram abordadas as aplicações práticas do direito autoral e do copyright na produção do conhecimento.

Embora cada um em essência represente uma postura diferente perante a lei, o que o direito autoral (aspecto moral) e o copyright (aspecto patrimonial) protegem não é a idéia, mas sim a expressão desta idéia. Mesmo que a idéia disponha ou não de alguma qualidade intelectual. O que o direito autoral e o copyright protegem não é a novidade da idéia, mas a originalidade da expressão desta idéia. “Dois autores de química, por exemplo, podem chegar, em seus respectivos livros, aos mesmos resultados e conclusões. O texto de cada um deles, porém, é que está protegido” (MARTINS FILHO, 1998, p. 184). Dessa forma o que o autor-consumidor adquire é a garantia de uma idéia fixada de forma totalmente original e o autor produtor é recompensado por isto. Entretanto para criar uma nova obra, uma expressão original

o autor deve se basear no que já existe. “O conhecimento é cumulativo” (MEADOWS, 1999, p. 8); novos conhecimentos são originados a partir do antigo.

A dificuldade existente nesta etapa é que os criadores precisam consultar as obras existentes, para produzir algo original; o que implica que eles têm de pagar para ter acesso a elas. O criador, paga para ter acesso ao que foi publicado, para produzir uma obra nova, mas precisa ceder seus direitos autorais ou copyright para ver a sua contribuição divulgada. É um processo que só beneficia o detentor dos direitos, que, como já foi explicado, não é o autor. Um bom exemplo desta situação é visto com as publicações de pesquisadores e cientistas quando trabalhos são financiados por recursos públicos. Se o Governo, ou o Estado financiou a pesquisa o acesso aos resultados da mesma deve ser livre, para uso público. Mas não é o caso; e novamente são utilizados recursos públicos desta vez para financiar o acesso à mesma informação fruto de seus próprios investimentos. Um pesquisador para realizar uma pesquisa financiada por recursos públicos, paga com recursos públicos para acessar resultados publicados em periódicos científicos de outras pesquisas também financiadas por recursos públicos. Revelando um ciclo onde essencialmente o Estado ou Governo compra de volta o que ele mesmo produziu. Como bem colocou Kuramoto:

Trata-se de uma situação paradoxal, pois o Estado, para promover o acesso àquilo que produz, é obrigado a arcar com os custos de manutenção das coleções das revistas em que são publicados os resultados de sua [própria] produção científica (KURAMOTO, 2006, p. 92).

Por outro lado, o pagamento garante o acesso, mas não o uso. Como utilizar a informação sem ferir os direitos autorais ou copyright, já que a lei impede a reprodução integral ou parcial sem a autorização expressa do autor (leia-se, detentor do direito de reprodução)?

Introduz-se aqui o conceito de “*Fair use*” ou “Uso aceitável” (tradução nossa). Trata-se de uma limitação do copyright “sob certas circunstâncias, como o uso para crítica, comentário, divulgação de notícia, ensino (incluindo múltiplas cópias para uso em sala de aula), educação (sem fins lucrativos) e pesquisa”. (FAIR..., 2007). Este conceito tem origem na lei de copyright dos Estados Unidos, mas uma isenção semelhante é praticada em diversos países. No Brasil são os artigos quarenta e seis, quarenta e sete e quarenta e oito da Lei nº 9.610/98 que versam sobre o que é

permissível. E são os incisos dois e sete do artigo quarenta e seis que podem suscitar discussão:

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

II – a reprodução, em um só exemplar de **pequenos trechos**, para uso privado do copista, desde que feita por este, sem intuito de lucro;

VIII – a reprodução, em quaisquer obras, de **pequenos trechos** de obras preexistentes, de qualquer natureza, ou de obra integral, quando de artes plásticas, sempre que a reprodução em si não seja o objetivo principal da obra nova e que não prejudique a exploração normal da obra reproduzida nem cause um prejuízo injustificado aos legítimos interesses dos autores. (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Não há nenhuma menção sobre a liberdade de utilizar cópias de obras para fins de ensino na lei brasileira. De fato “A reprografia no ambiente escolar, notadamente no nível universitário, já há algum tempo enfrenta imenso revés, na medida em que, apesar de corriqueira e necessária aos estudantes, ainda é proibida por lei” (QUEIROZ, 2007). Mas, “*A lei não define o que é ‘pequeno trecho’ de uma obra [...]*” (ABDR, 2005 apud OLIVEIRA; BOTELHO, 2007, grifo do autor). Se a definição de uso aceitável já está aberta à interpretação no ambiente impresso ela gera questionamentos ainda maiores no ambiente virtual. Uma obra impressa pirateada é fácil de identificar e reprimir, o mesmo não acontece com a cópia eletrônica de uma obra, que pode ter sua aparência modificada, seu conteúdo reorganizado, e “uma vez disponibilizado eletronicamente é extremamente difícil de controlar” (MEADOWS, 2001, p. 6).

Em resposta à incerteza da lei de direito autoral e seu fracasso em proteger seus investimentos, as editoras se voltaram para o direito contratual. Ao invés de vender o exemplar de uma obra e depender nos direitos autorais para assegurar sua proteção e remuneração, elas começaram a oferecer somente uma licença para o uso da obra. O comprador adquiria somente o direito ao uso da obra de acordo com os termos do contrato. [...] A aparência dos contratos deixava poucas dúvidas que quaisquer direitos garantidos pelas leis federais, estaduais e locais, seriam eliminados na assinatura do contrato (DAVIS, 1997, p. 21, tradução nossa).

A estratégia então adotada pelo mercado, em especial, pelas editoras científicas foi o licenciamento dos títulos em substituição à venda das assinaturas. O impacto desta sob a biblioteca será explorado na seção 3.1. Neste momento, o foco será mantido na mudança da relação entre o autor e sua obra e conseqüentemente entre o autor e os editores.

Os editores agiam como mediadores de acesso à informação entre os criadores e o público devido à complexidade de sua “produção, distribuição, logística, planejamento e também custos de estocagem, além das parcelas de participação dos varejistas e intermediários” (MACHADO, J., 2005, p. 3). Como já foi descrita, a transição do impresso para o eletrônico trouxe aos autores a oportunidade de atuarem de maneira independente. Surgiram então conceitos e propostas alternativas como o *Copyleft* e o Acesso Aberto.

2.2.4 *Copyleft*

O *copyleft* foi o método encontrado pelo projeto GNU de desenvolver licenças que permitam o uso, cópia, modificação e distribuição de uma obra em sua forma original ou modificada e de maneira irrestrita, mas impedir que o indivíduo inclua restrições próprias, ou seja, registre a obra como propriedade intelectual própria com o objetivo de deter direitos de reprodução. O produto assim permanece livre (STALLMAN, c2007).

Copyleft é uma forma de usar a legislação de proteção dos direitos autorais com o objetivo de retirar barreiras à utilização, difusão e modificação de uma obra criativa devido à aplicação clássica das normas de Propriedade Intelectual, sendo assim diferente do domínio público que não apresenta tais restrições. "Copyleft" é um trocadilho com o termo "copyright" que alude ao espectro político da esquerda e da direita. Além do que, traduzido literalmente, "copyleft" significa "deixamos copiar". Richard Stallman popularizou o termo *copyleft* ao associa-lo em 1988 à licença GPL. De acordo com Stallman, o termo foi-lhe sugerido pelo artista e programador Don Hopkins, que incluiu a expressão "*Copyleft - all rights reversed.*" numa carta que lhe enviou. A frase é um trocadilho com expressão "*Copyright - all rights reserved.*" usada para afirmar os direitos de autor. (COPYLEFT, 2007).

O termo *copyleft* é utilizado e se refere mais especificamente ao desenvolvimento de softwares livres da restrição do direito autoral e portanto aberto para estudo e aperfeiçoamento contínuo; mas o princípio filosófico pode ser aplicado a qualquer tipo de obra. Uma das licenças desenvolvidas pelo projeto GNU, previamente, baseada no *copyleft* chamada *General Public License* ou *GPL*, cuja tradução seria Licença ao público geral (usada para softwares livres). Já para documentação, como por exemplo, um manual de usuário para software livre, em

que o autor que quisesse manter o manual como uma contribuição livre poderia utilizar o *GNU free documentation license* (Licença de documentação livre GNU).

2.2.5 Acesso Aberto

No âmbito científico e acadêmico, a iniciativa que se destaca é o movimento do acesso livre ou acesso aberto, em sua tradução literal do inglês. Tratamos nesta seção de explicar as circunstâncias que suscitaram o movimento de acesso aberto ao mesmo tempo elencando argumentos contra e a favor do mesmo; assim como alguns mecanismos desenvolvidos para implementar a filosofia do acesso aberto.

Para entender o contexto em que este movimento surge deve-se considerar três fatores: o papel do periódico científico e das editoras na comunicação científica, e a dificuldade de acesso dos autores à literatura científica.

2.2.5.1 O papel do periódico científico

Meadows (1999, p. 7) explica que a razão principal pela qual o periódico científico surgiu no século dezessete: “encontra-se [na] necessidade de comunicação, do modo mais eficiente possível, com uma clientela crescente interessada em novas realizações”. E sua função é servir “como arquivo das idéias e reflexões dos cientistas, dos resultados de suas pesquisas, e observações sobre os fenômenos da natureza [...]” além de permitir que o autor registre “[...] formalmente a sua autoria, requerendo para si a prioridade na descoberta científica” (MUELLER, 2000, p. 75). Os autores queriam fazer com que suas descobertas chegassem ao maior número de pessoas possível. O periódico tornou-se a principal ferramenta de divulgação científica, pois formalizou o processo de comunicação científica, garantindo a exposição do pesquisador, e trazia ao público informações atuais de maneira regular e duradoura (os trabalhos publicados podiam ser reunidos e preservados em bibliotecas, como as bibliotecas das sociedades científicas, para uso público; diferentemente de dados compostos, por exemplo, por cartas dispersas em coleções particulares). Mueller (2000, p. 75) destaca as quatro funções do periódico moderno:

- comunicação formal dos resultados da pesquisa original para a comunidade científica e demais interessados [...];
- preservação do conhecimento registrado [...];
- estabelecimento da propriedade intelectual [...];
- manutenção do padrão de qualidade na ciência [...] (MUELLER, 2000, p. 75-76).

Em exemplos anteriores foram citados casos em que os autores tiveram de abrir mão de seus direitos autorais mas receberam uma quantia por isto. Em Machado (J., 2005) e Kuramoto (2007) delinea-se a realidade do autor/acadêmico/pesquisador em que estes autores raramente recebem pelos trabalhos que publicam. Não há retorno financeiro direto. Mas o ato de publicar e ser citado por outros, o prestígio e notoriedade que essas publicações podem lhes trazer, isto é do interesse dos autores. Este fator pode ser considerado no processo de avaliação profissional do pesquisador em sua instituição para obtenção de promoções ou aumento salarial ou quando o mesmo submete um pedido para financiar projetos de sua área de atuação. Mesmo um processo de admissão pode levar em conta a relação de publicações prévias de um pesquisador (KURAMOTO, 2006; STANDLER, 1998).

E existe ainda, mesmo que indiretamente, pressão por parte das instituições, sejam elas públicas ou privadas “que seus pesquisadores tenham a notoriedade” para publicar em revistas de grande impacto (KURAMOTO, 2006, p. 93). Mueller explica que:

“a publicação em periódicos que dispõem de um corpo de avaliadores respeitados confere a um artigo autoridade e confiabilidade, pois a aprovação dos especialistas representa a aprovação da comunidade científica [...]” (MUELLER, 2000, p. 75).

A preferência por estas publicações é que elas são consideradas referência em seus campos de atuação e existe, portanto, maior exposição da pesquisa, do pesquisador e da instituição à comunidade científica. É desta forma que conseguem projetos e patrocínios para manter a si e seus estudos.

2.2.5.2 O papel da editoras científicas

Quanto às editoras, estas assumiam o papel de intermediárias entre aqueles que buscam a informação e a fonte desta informação propiciando ampla divulgação científica.

Como o “atravessador”, as editoras se colocam entre o autor e o leitor, vendendo para o público a produção dos acadêmicos - com o agravante que, freqüentemente não pagam um único centavo a este. Em geral, pesquisas que custaram dezenas ou centenas de milhares de dólares financiados pelos contribuintes podem ter seus direitos entregues de forma praticamente gratuita para uma editora publicar não mais que mil exemplares – e muitas vezes estas ainda cobram do autor. Alguns são impressos uma única vez. Além disso, uma editora pode fechar, vender os direitos ou simplesmente perder o interesse na obra – mesmo assim retendo seus direitos (MACHADO, J., 2005, p. 4).

Papel este que, conforme Levinson (1997), hoje pode ser assumido pelo próprio autor da obra que não precisa mais negociar com o papel e a caneta (ele tem o computador e o editor de texto); não precisa mais negociar com editor (ele pode autopublicar); ou com gráficas ou livrarias (ele pode distribuir a obra na Internet). “[...] Assim, o autor/ pesquisador interage diretamente no processo de produção científica e no fluxo das informações sem intermediários [...]” (WEITZEL, 2006, p. 64). O papel das editoras ainda pode ser feito por terceiros; como um bibliotecário que se oferece para cuidar de um repositório digital de documentos da instituição em que trabalha.

As editoras temem o que esta liberdade significa, e oferecem diversos argumentos contra a iniciativa de livre acesso. Por exemplo: editoras da área biomédica alegam que países pobres já têm acesso à literatura científica na área de saúde, fornecido pelas próprias editoras gratuitamente ou com descontos substanciais. De fato os programas realmente existem; mas estão limitados a critérios específicos, como a renda *per capita* anual do país; desta forma não atingem a escala global que poderiam atingir trabalhos oferecidos como contribuições de acesso livre ((MIS)LEADING..., 2003). Outro argumento utilizado é que a publicação baseada no modelo de acesso aberto irá reduzir os recursos disponíveis para financiar a pesquisa científica. Na realidade os recursos para financiamento de pesquisas; provenientes, da publicação de outras pesquisas é, praticamente insignificante ((MIS)LEADING..., 2003). Outros argumentam que o conteúdo publicado da maneira tradicional é mais acessível do que obras

disponibilizadas pelo acesso livre por ser impresso ((MIS)LEADING..., 2003). Esta certamente não é a posição da maioria dos pesquisadores.

2.2.5.3 Dificuldades de acesso à literatura científica

Com relação à dificuldade de acesso dos pesquisadores à literatura científica devem ser listados os seguintes problemas tais como:

- falta de recursos próprios para custear a aquisição de assinaturas de periódicos (MUELLER, 2000);
- falta de recursos das instituições para custear as assinaturas de periódicos e assim manter suas bibliotecas atualizadas (MUELLER, 2000);
- a explosão bibliográfica: o crescimento exponencial da oferta de publicações que trouxe dificuldade para discernir entre a vasta quantidade de informações disponíveis àquilo que seria relevante para o trabalho que o pesquisador está realizando naquele momento (MUELLER, 2000);
- “demora na publicação do artigo que às vezes, chega a ser de um ano após o recebimento do original pelo editor” (MUELLER, 2000, p. 76);
- “rigidez do formato impresso em papel, quando se compara com a versatilidade dos formatos eletrônicos” (MUELLER, 2000, p. 76).

Um dos maiores “temores” com relação ao acesso livre e outro argumento apresentado pela editoras contra o processo é o controle da qualidade dos trabalhos publicados. A Internet possibilita a disseminação de trabalhos não avaliados, ou mesmo modificados. No modelo de publicação tradicional esta qualidade é garantida pela revisão dos pares. A alegação das editoras é que isto não ocorrerá no modelo de acesso livre. O que os defensores do acesso livre argumentam primeiramente é a questão ética: um autor/pesquisador não vai querer colocar sua reputação em risco publicando algo que seja de pouca qualidade ou que contenha informações falsas. Em segundo lugar é possível identificar trabalhos ainda não revisados, basta incluir esta informação no momento do auto-arquivamento. E por último a disponibilização do trabalho pelo auto-arquivamento permite que mais pessoas tenham acesso a ele, e quanto maior o número de pessoas que tiver lido e avaliado o trabalho; maiores as

contribuições e correções potencialmente feitas, o processo de revisão do trabalho pode continuar até este seja considerado pronto; o controle de qualidade/a revisão dos pares ocorre numa ainda escala maior do que a tradicional ((MIS)LEADING..., 2003; DURANCEAU; HARNAD, 1999). De fato, o processo de arbitragem é um dos pilares que sustentam a proposta juntamente com o auto-arquivamento e a interoperabilidade (WEITZEL, 2005b).

2.2.5.4 A filosofia aberta aplicada

Visto que o maior interesse dos autores é divulgar seus avanços científicos. Considerando a dificuldade de acesso à informação que os pesquisadores encontram. E, uma vez que as novas tecnologias “[...] quebram a cadeia que havia entre o produtor/ autor e o consumidor [...]” (MACHADO, J., 2005, p. 3). Os autores vêem no movimento de acesso livre e todas as iniciativas baseadas nesta filosofia uma opção promissora. Mostramos aqui, de que forma a filosofia aberta se estruturou e as soluções desenvolvidas para concretizá-la.

De acordo com Suber (2006), são três os documentos básicos que definem a filosofia e estabelecem um modelo do acesso livre: a Declaração de Budapeste para o Acesso Aberto (elaborado em 14 de Fevereiro de 2002); Declaração de Bethesda (datada de 11 de Abril de 2003) e a Declaração de Berlim sobre o Livre Acesso ao Conhecimento (de 22 de Outubro de 2003). A participação do Brasil na iniciativa formalizou-se em 13 de Setembro de 2005 (KURAMOTO, 2006, p. 97) através do Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica, onde se declara que “a informação científica é o insumo básico para o desenvolvimento científico e tecnológico de uma nação” (IBICT, 2005b). Novamente, é afirmado que o acesso à informação é chave para produzir novos conhecimentos; e que os pesquisadores tem a “necessidade de *compartilhar*, de *permitir acessar* e *ter acesso à informação científica para poder descobrir, criar inovar*” (MACHADO, J., 2005, p. 4, grifo do autor)

O modelo de acesso livre adotado pelo Brasil foi baseado na declaração de outubro de 2003 (Declaração de Berlim) e é denominado Paradigma do acesso livre à informação e consiste em contribuições de acesso livre que incluem entre outros: “resultados de pesquisas científicas originais” (IBICT, 2005b) por exemplo, um artigo divulgando o resultado de um estudo sobre a epidemiologia da dengue no estado do

Rio de Janeiro financiado pela Secretaria de Saúde do Estado, “metadados” (dados que representam o registro, como por exemplo, o autor, a data, ou palavras chave do documento), “material acadêmico multimídia” (por exemplo: módulos de palestra e cursos ministrados pela Internet) (IBICT, 2005b). O Manifesto também especifica que condições devem ser satisfeitas para que a contribuição de acesso livre possa ser considerada como tal, são elas:

1. os(s) autor(es) e o(s) detentores dos direitos de tais contribuições concede(m) a todos os usuários:
 - a. direito gratuito, irrevogável e irrestrito de acessá-las;
 - b. licença para copiá-las, usá-las, distribuí-las, transmiti-las e exibi-las publicamente;
 - c. licença para realizar e distribuir obras derivadas, em qualquer suporte digital para qualquer propósito responsável, em obediência à correta atribuição da autoria (as regras da comunidade continuarão a fornecer mecanismos para impor a atribuição e uso responsável dos trabalhos publicados, como acontece no presente) e com a garantia de fazer cópias;
2. Uma versão completa da obra e todos os materiais suplementares, incluindo uma cópia da licença, como acima definida, é depositada e, portanto, publicada em um formato eletrônico normalizado e apropriado em pelo menos um repositório que utilize normas técnicas adequadas (como as definições estabelecidas pelo modelo Open Archives) e que seja mantido por uma instituição acadêmica, sociedade científica, organismo governamental, ou outra organização estabelecida que pretenda promover o acesso livre, a distribuição irrestrita, a interoperabilidade e o arquivamento a longo prazo (IBICT, 2005b).

Um exemplo da licença acima mencionada é a *Creative Commons License* (Licença pública creative commons). O *Creative Commons* é uma organização sem fins lucrativos fundada no ano de 2001 por James Boyle, Michael Carroll, Lawrence Lessig, Hal Abelson, Eric Saltzman, e Eric Eldred (CREATIVE..., 2001); que desenvolve licenças que permitem ao autor determinar de que forma ele quer controlar o uso de sua obra. As versões brasileiras destas licenças foram desenvolvidas pela organização *Creative Commons* em conjunto com o Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (CREATIVE..., 2004). O projeto foi lançado no Brasil em 2004 e atualmente as licenças estão na versão 2.5, estas podem ser visualizadas na íntegra (em sua versão jurídica) ou de forma resumida (para leigos).

Para atender os critérios do Manifesto Brasileiro esta licença tem que permitir “a qualquer utilizador ler, descarregar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral dos documentos” (IBICT, 2005a, grifo do autor), o que significa que tem de ser o menos restritiva possível – neste caso aquela em que o autor exige somente que a autoria da obra seja atribuída a ele. Mas existem disponíveis modelos de licenças semi-restritivas, adaptáveis aos desejos do autor. Uma licença pode, por exemplo, permitir a cópia e a distribuição livre, mas impedir a criação de obras derivativas. Outras podem permitir a cópia, a distribuição e a criação de trabalhos derivativos, mas somente quando utilizado para fins não comerciais. Ou podem ainda permitir o uso, a cópia, distribuição e a criação de trabalhos derivativos desde que a obra criada também esteja disponibilizada sob uma licença que permite o acesso livre.

No ambiente eletrônico o direito autoral e o copyright não deixam de existir, de fato vimos que estas regulamentações foram reforçadas para melhor proteção ao “autor”, através do direito contratual. O *Creative Commons* faz uso deste mesmo artifício. Com esta iniciativa e as licenças desenvolvidas, os autores têm a escolha de desenhar que liberdade ele quer dar ao seu trabalho. Segundo as Leis de Direito Autoral e as Leis de *Copyright* para fazer uso de qualquer trecho de uma obra é necessário obter uma autorização do autor. Ao disponibilizar uma obra com uma licença deste tipo o autor já concede esta autorização e define as regras de como seu texto pode ser utilizado pela sociedade.

Existem duas maneiras de implementar o modelo de acesso livre: o auto-arquivamento (ou autopublicação) e a publicação em periódicos de acesso livre. Ambas são não-exclusivas, ou seja, podem ser utilizadas em conjunto, ou cada uma separadamente. Harnad (2005a) comparou estas soluções a caminhos que o futuro da publicação científica poderia tomar os chamou de:

- Via Verde (Green road): Onde o autor submete seu trabalho para publicação num periódico tradicional (que opera através de assinaturas, licenciamento ou pay-per-view) e também deposita seu trabalho em repositórios digitais (HARNAD, 2005a; DURANCEAU; HARNAD, 1999);
- Via Dourada (Golden road): Onde o autor submete seu trabalho para publicação em periódicos de acesso livre (HARNAD, 2005a; DURANCEAU; HARNAD, 1999).

Neste caminho ainda é possível separar os periódicos que adotaram a via dourada em duas categorias: na primeira opção estão os periódicos que adotaram um novo modelo em que deixam de manter a versão impressa do periódico e passam a operar somente via Internet. Os custos envolvidos na publicação deixariam de ser cobrados do “usuário-instituição” (HARNAD, 2005a) para serem custeados pelo “autor-instituição” (HARNAD, 2005a). O que é realmente proposto é um modelo de negócio onde não existem exemplares físicos e no qual recupera-se o gasto com a publicação através da cobrança de taxas de publicação. Estas taxas seriam cobertas pela instituição à qual o autor que realizou o trabalho está afiliado. O que significa que os orçamentos das instituições poderiam ser investidos na publicação dos trabalhos ao invés de aplicado no pagamento de licenças para ter acesso às publicações. Esta opção é a mais radical das duas categorias e ainda existem dúvidas sobre a viabilidade do modelo proposto. “Os autores/instituições estão dispostos a pagar, e onde eles encontrarão os recursos? [...] Também ainda não está claro o quanto autores/ instituições terão de pagar [...]” (HARNAD, 2007a, tradução nossa). O autor explica que os recursos utilizados atualmente para custear publicações não são indicativos do custo real pois este custo depende diretamente da estrutura de uma publicação do tipo “*golden journal*”, e que ainda não foi possível definir como seria esta estrutura uma vez que “ninguém sabe determinar quais as suas características essenciais e não essenciais, cujos custos poderiam ser eliminados” (HARNAD, 2007a, tradução nossa).

Na segunda categoria que Harnad chamou de “Cavalo de Tróia” (DURANCEAU; HARNAD, 1999) as editoras mantêm uma edição impressa e continuam seus modelos de negócio tradicional, e disponibilizam o mesmo artigo online também e em alguns casos com o uso livre. Segundo o autor, este tipo de publicação híbrida, serve apenas para retardar o ideal de uma literatura científica de livre acesso e manter pelo tempo máximo possível o sistema de acesso pago.

O Cavalo de Tróia pode ser muito atrativo para os bibliotecários – particularmente quando grandes editoras oferecem 100% das versões online de seus títulos a bibliotecas que mantiverem suas licenças por um período extenso a qualquer porcentagem de títulos que eles já recebem no formato impresso. Sem o contrapeso do arquivamento público pelos autores, esta estratégia indubitavelmente prorrogaria, possivelmente por algum tempo, o sistema S/SL/PPV [assinaturas, licenciamento ou pay-per-view], pois tanto leitores quanto autores se acostuariam pelas familiares barreiras de acesso do S/SL/PPV. Mas o livre arquivamento público por parte dos autores [...], irá subverter isto, e o mercado certamente irá preferir

este modo livre de barreiras quando confrontado com a escolha (DURANCEAU; HARNAD, 1999, tradução nossa).

No atual cenário de publicação científica encontramos:

- periódicos tradicionais que operam no sistema de licenciamento de títulos, e só oferecem o acesso à informação àqueles que pagam pelo acesso anunciando acesso livre após seis meses da publicação do trabalho ou por períodos determinados de tempo como estratégias de marketing em busca de mais assinaturas;
- periódicos “verdes” que operam no modelo tradicional mas apoiam a via verde e o auto-arquivamento, representando noventa e dois por cento do total de publicações existentes (HARNAD, 2005b). Esta foi a posição adotada pela grande maioria das editoras diante da pressão da comunidade científica em prol do acesso livre. Esta medida também é estratégica pois satisfaz (ao menos temporariamente) a comunidade científica, perpetuará por mais tempo o modelo tradicional e dá aos editores tempo para avaliar seus próximos passos e o futuro dos periódicos. Justamente a postura sobre a qual Harnad alerta quando fala sobre o cavalo de tróia (DURANCEAU; HARNAD, 1999);
- periódicos “dourados”: Enquanto os periódicos verdes persistem, os periódicos dourados representam somente cinco por cento do total de publicações disponíveis (HARNAD, 2005b), alguns operando com a cobrança de taxas de publicação, enquanto outras recebem subsídios para operar e portanto não cobram taxas de publicação (do autor ou autor-instituição) ou licenças de acesso (do usuário ou usuário-instituição); e
- repositórios digitais: sistemas de informação que armazenam, preservam, divulgam e dão acesso livre à produção intelectual de comunidades científicas (REPOSITÓRIOS..., c2005). Mantidos por instituições não governamentais, universidades, associações profissionais, bibliotecas, etc.

A fim de representar o questionamento apresentado por Levinson (1997) e sua menção à uma “aparente ruptura com a propriedade intelectual” (LEVINSON, 1997, p. 185, tradução nossa); um breve panorama sobre a transformação da

informação e seu processo de comunicação foi apresentado nas páginas anteriores, sendo resumido a partir da seguinte dicotomia:

Por um lado a informação quer ser cara, por ser tão valiosa. A informação certa, no lugar certo, muda a sua vida. Por outro lado, a informação quer ser livre, pois o custo de divulgá-la está ficando menor a cada momento. Então estas duas características estão em conflito (BRAND, 1984 apud BOLLIER, 2001, p. 12, tradução nossa).

Apresentaram-se também dois agentes importantes envolvidos no debate a respeito do futuro da informação: as editoras e os autores. O primeiro com seu papel central na disseminação da informação científica e o segundo com seu “papel tríplice”: “produtor-disseminador-consumidor” da informação científica (WEITZEL, 2006, p. 64).

Nas páginas a seguir será apresentado um terceiro agente: a biblioteca, e de que forma foi afetada pelas transformações previamente descritas e de que maneira está atuando para minimizar ou maximizar o impacto destas.

3. O DILEMA ACESSO *VERSUS* POSSE

Lembrando que a palavra “livro” poderia ser tranqüilamente substituída pela palavra informação e tomando o contexto de mudanças tecnológicas que transformaram a informação, seu registro e a forma com que é comunicada; é possível ver em prática as três primeiras Leis de Ranganathan:

- os livros são para serem usados: um conceito importante e que deve ser enfatizado a cada oportunidade, é que para haver o crescimento e desenvolvimento de um campo de estudo, de uma ciência, de um indivíduo ou de uma sociedade o acesso à informação é essencial. E retomando o papel tríplice do autor (WEITZEL, 2006), aqui encontra-se o autor-produtor que publica para o avanço e enriquecimento da ciência;
- a cada leitor o seu livro: a informação é a matéria-prima de seu trabalho. O papel exercido pelo autor neste caso, é o de consumidor ou usuário, ele sempre estará em busca de material de seu interesse;
- e a cada livro seu leitor: a proposta feita pelo movimento de acesso livre é que este acesso seja implementado através do compartilhamento, eliminando ao máximo possível as barreiras, entre a informação e o usuário. Vislumbra-se então a terceira faceta do autor, como disseminador da informação (que neste caso exemplo é livre) focado no objetivo de divulgar seu trabalho ao maior número de leitores possível.

As outras duas Leis: poupe o tempo do leitor e a biblioteca é um organismo em crescimento também estão refletidos no paradigma do acesso à informação e constituem grandes desafios para o bibliotecário. E a primeira (poupe o tempo do leitor) é corolário da segunda (a biblioteca é um organismo em crescimento). Diante do universo de informação existente, a formação e o desenvolvimento de coleções são planejados e executados com este objetivo em mente ao definir: “o que se vai colecionar, por quê, para quê e para quem colecionar” (WEITZEL, 2002, p. 61). Nas seções anteriores, ao destacar a alteração do objeto de trabalho do bibliotecário preparou-se o terreno para que se pudesse delinear nesta seção de que forma a biblioteca e o bibliotecário de aquisição buscam adaptar-se a estas mudanças e os “problemas” que enfrentam.

A formação de bibliotecas através dos tempos fundamentou-se sob o conceito de posse ou propriedade; uma vez adquirida a obra pertencia à coleção da biblioteca e os usuários da mesma poderiam usufruir-se dela. O crescimento da coleção ocorreria com a adição de mais um exemplar às estantes. Para isto a biblioteca dependeria tanto de recursos financeiros quanto de espaço físico. A explosão bibliográfica do século vinte trouxe empecilhos a esta progressão ao disponibilizar a informação numa velocidade e quantidade exponencial. Não haveria espaço ou recursos suficientes para criar uma coleção universal em cada biblioteca (KANE, 1997, p. 58-59).

A grande contribuição da conscientização sobre a explosão bibliográfica parece, todavia, ter sido muito mais no sentido de obrigar os bibliotecários a uma mudança radical de atitude em relação ao armazenamento e coleta de materiais informacionais. Ficou mais claro, a partir de então, que, se pretendiam manter as bibliotecas pelas quais eram responsáveis, organismos vivos e atuantes, deveriam necessariamente mudar a ênfase de seu trabalho, abandonando a acumulação pura e simples do material em benefício da possibilidade de acesso ao mesmo [...] É a evolução das instituições em um mundo de constantes mudanças que, por meio dos modernos sistemas de comunicação, tornou as coleções acessíveis em nível mundial (VERGUEIRO, 1993, p. 15).

Sendo constatado que nenhuma biblioteca, por melhor que fosse poderia manter fisicamente em suas coleções a totalidade de obras que poderiam interessar a seus usuários; buscaram-se alternativas fundamentadas não na posse do documento, mas no acesso a este, como o empréstimo entre bibliotecas, serviços de comutação bibliográfica e bases de dados em CD-ROM ou on-line cuja posse seria compartilhada (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 101; KANE, 1997, 61).

Mas mesmo estas soluções voltadas para o acesso ao invés da posse traziam dilemas: como incorporar estes itens à coleção da biblioteca? Eles devem ser incorporados ou não? Afinal o trabalho de “identificação, localização e obtenção do item” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 6) foi realizado, houve um custo, como fazer com que o custo e o tempo envolvidos na aquisição do item agreguem valor à biblioteca/instituição? No caso de empréstimo entre bibliotecas poderia ser feita uma reprodução da obra emprestada, mas a frequência de uso justificaria o custo? O tema da obra está alinhado com o foco da biblioteca? Quando uma solicitação de documento é feita o interesse está em uma parte da obra ou na obra inteira, o que fazer, por exemplo, com o artigo de periódico solicitado, deve ser retida uma cópia e entregue outra ao solicitante? Mas o que fazer com a cópia retida deste artigo, como

conservá-lo, onde armazená-lo, como recuperá-lo, ou disponibilizá-lo para o público? E se o mesmo somente for entregue ao usuário e nenhuma cópia for retida? Isto certamente é muito mais simples. Mas se pouco tempo depois outro usuário faz uma solicitação para entrega do mesmo artigo, para obter outra cópia novamente tem que ser utilizado o COMUT. Novamente o tempo do bibliotecário e os recursos da biblioteca são investidos para obtê-lo, com o agravante de ser um trabalho redundante.

O desenvolvimento de coleções estruturou-se para tratar destas questões, acompanhando as “mudanças estruturais da organização do conhecimento registrado, reflexos das modificações ocorridas em nível mais amplo, ou seja, no da disseminação do conhecimento humano” (VERGUEIRO, 1993, p. 13). Para Evans (2000, p. 16) isto seria “o processo de atender à demanda informacional da sociedade de maneira econômica e rápida, usando as fontes informacionais disponíveis localmente, e também de outras organizações”. Colaborar com outras organizações representou ultrapassar as limitações de capacidade das estantes das bibliotecas. Entretanto, mesmo esta “ampliação de alternativas” não deixou de ter um preço:

[...] parece que à medida que quantidades maciças de informação tornam-se mais facilmente disponíveis, os recursos para adquiri-las diminuem. Os orçamentos bibliotecários não estão somente sendo cortados por razões diversas, mas os custos das obras também estão aumentando a uma taxa alarmante, muito acima da capacidade financeira das bibliotecas hoje. (KANE, 1997, p. 58-59, tradução nossa).

Weitzel (2002) explica como a explosão bibliográfica chamou à atenção do bibliotecário quanto a importância do desenvolvimento de coleções e propiciou a transição do modelo de biblioteca que privilegiava a posse da informação para um modelo de instituição focada no acesso à informação. Modelo este que “[...] encontra sua legitimação no advento da Internet [...]” (WEITZEL, 2002, p. 64), ao reforçar a “[...] importância do processo de desenvolvimento de coleções enquanto instrumento para identificar, selecionar e categorizar o conhecimento registrado disperso no mundo da informação” (WEITZEL, 2002, p. 66). Segundo a autora, o desafio atual é desenvolvimento de um novo modelo de biblioteca “baseado no acesso e organização do conhecimento registrado” (WEITZEL, 2002, p. 66) que seria concretizado através de iniciativas de compartilhamento da informação entre

instituições de tal forma que coleções e serviços se integrassem resultando em portais do conhecimento.

Ao mesmo tempo em que a biblioteca conceituava seu novo modelo e descobria este modo compartilhar a informação, outros descobriam o valor econômico da informação. De fato, pelo valor econômico que foi agregado à informação e a facilidade com que a informação pode chegar até o usuário através destes novos acordos de compartilhamento de recursos, promovidos pelas novas tecnologias da informação, as editoras passaram a cobrar preços que simplesmente não poderiam ser sustentados pelas bibliotecas. Isto foi verificado particularmente no campo da literatura científica. Foi estimado que este campo é composto de vinte e quatro mil títulos de periódicos (HARNAD, 2007a). Os gastos com a aquisição dos títulos excedem àqueles orçados para aquisição de livros nos Estados Unidos (EVANS, 2000, p. 377). E este desequilíbrio entre o poder aquisitivo das bibliotecas e instituições e os valores exigidos pelas editoras persiste ainda hoje. Determinar o quanto deve ser cobrado ou pago pelo acesso à informação é um dos debates que compõem o dilema do acesso *versus* posse. Para Mason ([19--] apud EVANS, 2000, p. 5) existem três elementos chave para avaliar o “valor econômico da informação”:

- *Eficiência* – onde a informação auxilia o usuário na execução do trabalho de forma mais rápida; precisa e a custos mais baixos (isto é, como fazer o trabalho “direito”);
- *Efetividade* – onde a informação ajuda performance de uma tarefa que não poderia ser feita antes (isto é, como fazer o trabalho corretamente);
- *Receptividade* – onde a informação ajuda a responder às demandas de serviço do cliente independentemente da efetividade ou eficiência (MASON, [19??] apud EVANS, 2000, p. 5, grifo do autor).

De forma resumida, Evans (2000, p. 4) explica o dilema do acesso *versus* posse como “o gerenciamento ou manejo dos aspectos econômicos da informação e o acesso à informação”. O aspecto econômico compreende a mercantilização da informação, a atribuição de um custo, um preço, um valor pelo item informacional. A correspondência deste aspecto com a questão do acesso é a inexistência de recursos financeiros suficientes para atender a demanda informacional uma vez que, para ter acesso ao item informacional deve se pagar um preço. O bibliotecário de aquisição deve encontrar uma forma de administrar seu orçamento de tal forma que seus recursos, muitas vezes limitados, possam “garantir a concretização dos

objetivos estipulados para o acervo” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 21) e dessa forma assegurar o acesso à informação.

Além da questão monetária, Suber (2003) apresenta a outra faceta do dilema acesso *versus* posse que ele denomina de crise de permissão ou autorização:

A crise de preços dos periódicos está agora em sua quarta década. Há muito já ultrapassamos a fase de controle de danos e adentramos a era de prejuízos. Preços limitam acesso; e preços exorbitantes limitam o acesso intoleravelmente. Toda instituição de pesquisa no mundo sofre de limitações de acesso intoleráveis, não importa o quão ricas. Não somente a maioria das bibliotecas lida com isto com o cancelamento de assinaturas e cortes em seus orçamentos para livros, mas os pesquisadores têm de seguir sem acesso a alguns periódicos críticos para suas pesquisas. Alguém poderia esperar alívio com a tecnologia digital que permite a distribuição de cópias perfeitas a um custo virtualmente inexistente. Mas até o momento esta tecnologia tem causado somente pânico entre editores tradicionais, que reagiram lançando uma segunda crise além da primeira em cima das bibliotecas. [...] Deixe-me chamá-la de *crise de permissão*. É o resultado de incrementar barreiras legais e tecnológicas para limitar como as bibliotecas podem utilizar os periódicos pelos quais pagaram tão caro. As barreiras legais têm origem na lei de copyright e acordos de licenciamento (estatutos e contratos). As barreiras tecnológicas surgem através da gestão de direitos digitais (GDD): software para bloquear o acesso de usuários não autorizados, algumas vezes com o auxílio de hardwares especiais. (SUBER, 2003, tradução nossa).

Retomando uma questão mencionada anteriormente, as editoras passaram a utilizar-se de obrigações contratuais para restringir o acesso à informação, fazendo das bibliotecas agentes de controle ou repressão deste acesso à informação ao invés de facilitadores.

3.1 Licenciamento de periódicos: breve introdução

Na biblioteca o setor de aquisição e o bibliotecário que lida com o processo de aquisição é quem mais tem consciência da problemática envolvendo o licenciamento de obras eletrônicas. É deles a responsabilidade de garantir “a concretização do que foi planejado de maneira ampla pelo desenvolvimento de coleções e definido especificamente pela seleção” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 1). De acordo com Evans (2000, p. 313), as maiores alterações no *modus operandi* dos setores de aquisição vem da necessidade de uma estratégia diferente para a obtenção de itens eletrônicos, “mais especificamente aqueles baseados em rede/on-line”. Diedrichs (1998 apud EVANS, 2000, p. 313), indica “uma alteração para quase cinquenta por cento de tempo alocado para a atividade de revisão de licenças e negociações para obtenção de itens eletrônicos”. Isto implica no desenvolvimento de novos

conhecimentos a aquisição de conceitos que ultrapassam o campo de atuação biblioteconômico e adentram áreas tais como Direito e Informática.

A informação eletrônica modificou o processo de produção, distribuição e o uso da informação de um modo geral. De modo específico, mudou a forma com que as bibliotecas se relacionam com as editoras e diversos provedores de informação. As relações de compra e venda passaram a ser propostas e negociações de licenças de acesso e uso (OKERSON, 2004, p. 1).

O principal conceito que teve de ser reavaliado pela biblioteca foi então, o de propriedade. Num ambiente impresso a compra de uma obra, a posse de seu objeto físico significa a imediata e incondicional propriedade sobre aquele exemplar. A biblioteca tem, portanto direito de utilizá-la como lhe aprouver. De maneira oposta, no licenciamento a biblioteca adquire somente o direito de acesso e utilização da obra por determinado período de tempo sob as condições definidas pela editora, ou agência, e especificadas no contrato (GIORDANO, 2006, p. 2). Eis, novamente, o dilema do acesso *versus* posse.

O direito contratual é regido pelo conceito de liberdade contratual, o que significa que as partes de um contrato estão livres para negociar os termos de uso de materiais protegidos por copyright ou ainda livres para abrir mão dos direitos concedidos a eles pela lei de copyright. [...] Além disto, a biblioteca nem sempre está ciente do fato [...] (GIAVARRA, 2001, p. 4).

No trecho citado acima, o que Giavarra (2001) cita como direitos concedidos são as exceções ao copyright, as concessões chamadas de “*Fair use*”, que como mencionamos na subseção 2.2.3 permitem a utilização e/ou reprodução de trabalhos ou partes de obras desde que se enquadrem sob categorias de uso específicas como o uso para pesquisa ou educação. Vale lembrar que a Lei nº 9.610/98 que versa sobre o direito autoral no Brasil possui artigos semelhantes.

Ou seja, mesmo a restrita liberdade ou permissividade das exceções delineadas nas leis copyright e/ou de direito autoral podem ser anuladas no momento da assinatura de um contrato de licenciamento se o bibliotecário não zelar por estes direitos, permanecendo atento para quaisquer cláusulas que poderiam anular, modificar ou de alguma forma afetá-los. E alegar desconhecimento de tais restrições não às invalidam: o simples uso do recurso informacional em muitos casos já caracteriza a aceitação dos termos da licença (GIAVARRA, 2001).

Ao adotar o licenciamento de periódicos como alternativa de acesso, o bibliotecário passou a lidar com “contratos que muitas vezes estavam em inglês e escritos por advogados, numa linguagem técnica não familiar, desestimulante à leitura e muitas vezes difícil de compreender” (GIAVARRA, 2001, p. 3). Quanto à composição das licenças:

Não existe um formato padrão aceito, ordem de conteúdo, ou mesmo nomenclatura dos elementos existentes nos contratos. Eles são construídos de acordo com as especificações do provedor. A maioria das licenças incluirá certos elementos básicos que se relacionam com os direitos e limitações das bibliotecas. As áreas de interesse particular às bibliotecas são as definições de usuário, permissões de uso, e obrigações contratuais (DAVIS, 1997, p. 23).

A seguir estão alguns conceitos importantes para as atividades de aquisição e que devem ser assimilados pelos bibliotecários de aquisição para que atuem de forma responsável no que se refere ao licenciamento de recursos eletrônicos.

Abordando primeiramente o que Giavarra (2001) chamou de *copyright versus licenciamento*: é indicado que a biblioteca inclua na licença uma cláusula criada para resguardar as exceções concedidas pelo direito autoral, que de outra forma poderiam ser revogadas pelo contrato.

Isto tudo é muito justo e bom quando as negociações são conduzidas por partidos equivalentes. No caso de materiais protegidos por *copyright*, deve-se lembrar que uma parte detém os direitos exclusivos (direitos de monopólio) sobre o material e a outra parte, neste caso a biblioteca, prescinde do acesso à obra para cumprir com sua missão (GIAVARRA, 2001, p. 4).

Griffey (2004), também alude a questão de que as bibliotecas durante muito tempo deixaram de impor suas necessidades por temer que ao final de sua “negociação” o agente com maior poder (detentora dos direitos autorais) negue a estas qualquer benefício. Mas as bibliotecas que não ignorarem estes riscos e fizerem acordos com detentores de conteúdo rescindindo seus direitos estão sujeitos “ao risco de simplesmente não poder operar como bibliotecas” (GRIFFEY, 2004, p. 12, tradução nossa). Portanto, receber um contrato de licenciamento de uma editora ou provedor de serviços não significa aceitar incondicionalmente o que nele consta. Em verdade, isto deve ser considerado como “um convite à negociação dos termos e condições sob as quais o produto pode ser utilizado” (GIAVARRA, 2001, p. 3).

Também deve ser feita uma cuidadosa revisão de cada item e cláusula para garantir que o uso e os serviços esperados estejam inclusos no contrato. Uma descrição completa dos serviços que serão fornecidos deve ser feita, cada item deve estar claramente definido, assim será evitado qualquer controvérsia a respeito do que é permitido ou não. Não deve haver margem para interpretação, pois o que a biblioteca pode considerar como permissível, pode não ser considerado da mesma maneira pelo provedor do serviço. Mesmo uma operação que a biblioteca considerava como intrínseca ao serviço, pode não ser incluso, simplesmente por não ter sido especificado. “Uma mudança sutil na definição de um item pode ter um impacto significativo no contrato” (GIAVARRA, 2001, p. 6). Alguns exemplos do tipo de permissões concedidas nas licenças atuais são:

- Acessar o servidor da editora;
- Armazenar o material licenciado localmente;
- Integrar os materiais licenciados à infra-estrutura de serviços de informação e sistemas locais;
- Indexar os materiais licenciados;
- Disponibilizar os materiais licenciados aos membros da instituição no site para fins de pesquisa, ensino e estudo privado;
- Permitir aos membros da instituição a impressão e ou download de artigos individuais para fins de pesquisa, ensino e estudo privado;
- Fornecer acesso e permitir a cópia a usuários ocasionais [desde que] registrados para fins de pesquisa, ensino e estudo privado;
- Permitir a reprodução e inclusão de cópias (impressas ou em formato eletrônico) em pastas de curso (GIAVARRA, 2001, p. 9).

Muitos dos itens listados pareceriam óbvios, mas “qualquer coisa não seja precisamente identificada não será fornecido pelo preço negociado e pode ter de ser negociado por um custo adicional” (GIAVARRA, 2001, p.7). Da mesma forma as restrições de uso também precisam ser claramente listadas, sendo as mais comuns: a proibição de cópia de conteúdo substancial ou a cópia sistemática de itens e redistribuição, revenda, empréstimo ou licenciar para outrem uma obra licenciada para a biblioteca (GIAVARRA, 2001, p. 11). Davis (1997, p. 26) cita além destas cláusulas como a proibição de modificar o software que é utilizado para operar o material licenciado, ou mesmo a proibição de acesso por linha discada.

Os próximos itens de destaque referem-se à definição de usuário que será inclusa na licença e os locais de onde as fontes de informação podem ser acessadas. No ambiente impresso não havia preocupação por parte das editoras sobre quem era o usuário final da informação. Mas, estas definições são essenciais

no ambiente eletrônico devido à preocupação gerada pela “facilidade de copiar e transmitir a informação” (DAVIS, 1997, p. 24, tradução nossa) e conseqüente abuso de terceiros em relação aos direitos autorais das editoras. “Os mesmos usuários que compreendiam e normalmente respeitavam as restrições das leis de copyright quando faziam fotocópias, passaram a ignorar as restrições existentes sobre fazer cópias eletrônicas” (DAVIS, 1997, p. 21, tradução nossa).

No ambiente impresso, as bibliotecas “nunca foram responsabilizadas pelo comportamento do usuário” (DAVIS, 1997, p. 24, tradução nossa), mas no ambiente eletrônico e com a adoção do direito contratual ao invés do direito autoral para regulamentar o uso das fontes licenciadas, a situação é outra: “a biblioteca deve estar atenta a cláusulas que lhe atribuem uma responsabilidade não razoável, por atos realizados em discordância com a licença, por exemplo, atos que alheios a seu controle direto” (GIAVARRA, 2001, p. 13).

As editoras em geral distinguem usuários em duas categorias: usuários autorizados e usuários ocasionais (que podem ser usuários que visitam a biblioteca pela primeira vez em busca de informação). A mesma tarefa realizada pelo bibliotecário traz maior dificuldade. De acordo com Davis:

Muitos contratos [...] deixam de abranger funcionários ou estudantes de meio período, usuários de outros campus, pesquisadores externos e pessoal contratado que trabalham no campus, e classes especiais de usuários da biblioteca como ex-alunos, educadores locais, ou voluntários. Muitas bibliotecas públicas não conseguem definir seus usuários em um nível além das informações básicas exigidas de qualquer patrono registrado. Algumas bibliotecas especiais têm categorias muito específicas de usuários que podem ser definidos pelo tipo de atividade realizada, conteúdo do trabalho, ou relações hierárquicas dentro da instituição (DAVIS, 1997, p. 25).

Giavarra (2001) sugere uma categorização mais abrangente do que as editoras em geral prevêm: distinguí-los como membros da instituição (a equipe de profissionais da biblioteca e funcionários da instituição, por exemplo, se for uma universidade: o corpo docente e discente) e não membros da instituição. A categoria dos não membros poderia ainda se subdividir em: usuários ocasionais registrados (público freqüente da biblioteca passível de registro), usuários ocasionais não registrados (visitantes), e usuários remotos registrados (usuários registrados da biblioteca que acessariam as fontes remotamente). De qualquer forma a biblioteca deve definir de acordo com sua realidade, quem é um usuário e incluí-la no contrato.

Mais uma vez o intuito é não deixar margem de interpretação e deixar a biblioteca numa situação em que por exigência contratual tenha de negar acesso à informação, o que conforme os exemplos de permissões acima descritas (cada licença pode conter mais ou menos itens), vai depender do acordo entre a biblioteca e a editora. Para cada tipo de usuário pode ser concedido um tipo de acesso e permissão de uso. Os locais de onde é feito o acesso às fontes licenciadas também são um item a incluir no contrato. É indicado que sejam inclusas além das dependências da biblioteca, o local de trabalho e estudo dos membros da instituição (escritórios, salas de aula, ou mesmo residências) (GIAVARRA, 2001). Levando este exemplo a uma instituição como a universidade, e a biblioteca universitária, devem ser cadastrados não só a equipe da biblioteca como todos os membros administrativos, docentes e discentes de todas as disciplinas, e todos os terminais de computador da rede da instituição, assim como àqueles onde o acesso remoto será requerido. A organização e compilação destes dados certamente envolvem um tempo valioso dispendido pela equipe da biblioteca, mesmo que haja colaboração das outras áreas de interesse. Sem deixar de levar em consideração que o número de usuários que poderão fazer uso do material, também deve ser definido.

Outra cláusula a considerar: o período de vigência do contrato. Normalmente o período é de um ano (mas é necessário definir o que é este um ano); seriam doze meses a partir da assinatura do contrato, seria pelo ano corrente (neste caso cuidado para não assinar um contrato em Agosto de 2007 e esperar que o serviço continue sendo fornecido em Janeiro de 2008). As datas de início, e término do contrato devem estar claramente definidas assim como cláusulas que abordem a necessidade de término prematuro de um acordo contratual, como por exemplo, se não foi verificado de antemão a compatibilidade de sistemas e capacidade tecnológica para fazer uso das fontes que estão sendo licenciadas. Assinar um contrato e não poder utilizar as fontes licenciadas, tendo que proceder com uma possível rescisão contratual e pagamento de multa, só trará mais gastos para os quais a biblioteca não tem recursos.

E por fim, é essencial destacar a questão de garantir o acesso ao material licenciado após o término da vigência do contrato. Afinal na prática através das licenças as bibliotecas somente “alugam o uso de uma fonte de informação, sem adquirir a propriedade (e sem “capitalizá-la”) e permanecem sem a mesma, quando o contrato expira” (GIORDANO, 2006, p. 1, tradução nossa). Esclarecendo melhor,

se a biblioteca assina um contrato de um ano com uma provedora de fontes de informação como o ProQuest e através desta tem acesso às publicações de editoras como a Elsevier ou Pergamon; estando entre as condições do contrato que a biblioteca tem acesso a qualquer artigo publicado pelas editoras citadas desde 1980 (se as publicações dispuserem destas em formato eletrônico em suas bases de dados) até a data do fim da vigência do contrato (que para este exercício poderia ser 2007); a biblioteca através de uma cláusula de perpetuidade poderia já no ano de 2009 (ou seja após o término do contrato) continuar a acessar artigos publicados no período licenciado. Esta cláusula de acesso perpétuo comumente não existe nos modelos de licenças utilizados pela editoras e deve ser uma exigência da biblioteca para assegurar a integridade de sua coleção (GIAVARRA, 1997, p. 12; GIORDANO, 2007, p. 1).

Para todos os tipos de bibliotecas, a transição para o licenciamento pode levantar questões difíceis. [...] O envolvimento do staff de aquisição, referência e automação através de todo o processo é necessário para gerenciar todas as complexidades da seleção, aquisição e opções de aplicação do sistema. Decisões sobre o método de acesso, permissões de uso e restrições de usuário devem ser alcançadas antes que uma aquisição final possa ser feita. Para lidar efetivamente com estes desafios, os bibliotecários devem compreender as diferenças entre o direito autoral e o direito contratual e determinar quais os problemas mais relevantes que se aplicam às suas bibliotecas (DAVIS, 1997, p. 20).

A exposição acima tinha o objetivo de mostrar novas demandas do trabalho biblioteconômico, e redirecionar o foco para outros aspectos que não somente a negociação de preços quando se trata do licenciamento de fontes. A realização desta atividade dentro da biblioteca exige, cada vez mais, profissionais qualificados para atuar não somente dentro do âmbito da biblioteca, mas como colaboradores interdisciplinares, em nível nacional e internacional (CUNHA, 1999; LEVACOV, 1997). Profissionais capacitados para adaptar as políticas da biblioteca, essências à formação e desenvolvimento de coleções, às necessidades informacionais de seus usuários.

3.2 Bases de dados: classificações

Da mesma forma que a transição do impresso para o eletrônico afetou a forma com que a biblioteca adquire novas fontes de informação; entendidas aqui no mais amplo sentido possível, como “qualquer recurso que atenda a uma demanda

de informação de um usuário” (BIREME, 2005b); no ambiente eletrônico, a forma com que o bibliotecário categoriza, classifica, ou mesmo identifica suas fontes de informação também foi afetada.

Em 1994, era lançado no Brasil o livro de Jennifer Rowley intitulado *Informática para Bibliotecas*, onde abordava, entre outros assuntos, as bases de dados. A autora definiu-as da seguinte forma: “coleção de registros similares entre si e que contém determinadas relações entre esses registros” (ROWLEY, 1994, p. 66). As bases de dados poderiam ser internas (desenvolvidas pela própria instituição), no caso das bibliotecas correspondendo, por exemplo, a seus “catálogos, arquivos e listas de leitores” (ROWLEY, 1994, p. 66); ou externas, que poderiam ser, por exemplo, o *MEDLINE* (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*; base de dados internacional de literatura médica) (NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE, 2007a); comercializadas e acessadas “por intermédio dos hospedeiros em linha (também chamados de servidores online)” (ROWLEY, 1994, p. 66).

No ano 2000, foi publicado no Brasil um novo título de Rowley: *A biblioteca eletrônica: segunda edição de Informática para Bibliotecas*, em que novamente aborda o tema de bases de dados desta vez com a seguinte definição para as mesmas:

Em sentido lato, bases de dados são o modo como os dados são armazenados em computadores. Elas podem ser:

- Uma coleção de dados sobre as atividades de uma organização, que assim permite o controle dessas atividades;
- Uma coleção de dados disponíveis publicamente, mantidos num computador hospedeiro ou servidor acessível por meio de rede de telecomunicações ou em cederrom. (ROWLEY, 2000, p. 106).

É possível observar entre o livro publicado em 1994 e a obra de 2000 uma evolução da nomenclatura usada para identificar os agentes intermediários: de hospedeiros ou servidores passaram a ser identificados como “serviços de buscas em linha” (ROWLEY, 2000, p. 106).

Por estarem intrinsecamente ligadas à forma com que a informação é armazenada e recuperada, a autora destaca a importância de conhecer os tipos de bases de dados existentes. Rowley (1994, 2000) em seu âmbito mais geral as classifica como bases de dados referenciais e bases de dados de fontes. As bases de dados referenciais somente fornecem informações suficientes para remeter um

usuário até a fonte que responderá sua demanda de informação. Estas se subdividem ainda em:

- Bases de dados bibliográficos - oferecendo ao usuário, referências bibliográficas, resumos de trabalho publicados e dados gerais sobre sua publicação; por exemplo, em que ano, em qual periódico, a língua de origem do documento, etc. Rowley (2000) cita como exemplos a base de dados MEDLINE, EMBASE e CA (das áreas de medicina, biomedicina/fármacos e química respectivamente);
- Bases de dados catalográficos - oferecendo ao usuário a possibilidade de consulta a uma relação das obras que compõem o acervo das bibliotecas, e contendo, por exemplo, o número de chamada da publicação, mas sem oferecer maiores detalhes sobre seu conteúdo. Notem que as bases de dados catalográficos, nada mais são do que uma categoria das bases de dados bibliográficos, mas “em virtude de sua orientação ser bastante diferente das outras bases de dados bibliográficos merecem ser identificadas como uma categoria à parte” (ROWLEY, 2000, p. 110). A autora cita o WORLDCAT como exemplo de uma base de dados catalográficos, neste caso o WORLDCAT integra os catálogos de várias bibliotecas em diversos países;
- Bases de dados referenciais - que oferecem ao usuário dados como nomes e endereços. Como por exemplo, a base em que a biblioteca mantém os cadastros de seus usuários.

Bases de dados de fontes são aqueles que permitem ao usuário acesso direto à informação que buscava. Estas “contém os dados originais e constituem um tipo de documento eletrônico” (ROWLEY, 1994, p. 68; ROWLEY, 2000, p. 110) e foram agrupadas pela autora de acordo com seu conteúdo em:

- Bases de dados numéricos, que contém dados numéricos de vários tipos, inclusive dados estatísticos e de levantamentos.
- Bases de dados de texto integral, que contém notícias de jornal, especificações técnicas e programas de computador.
- Bases de dados textuais e numéricos, que contém uma mistura de dados textuais e numéricos (como, por exemplo, relatórios anuais de empresas) e dados de manuais (ROWLEY, 2000, p. 110).

Na segunda obra, *A biblioteca eletrônica*, a autora acrescentou aos grupos acima as:

- Bases de dados multimídia, que incluem informações armazenadas numa mescla de diferentes tipos de meios, inclusive, por exemplo, som, vídeo, fotografias, textos e animação (ROWLEY, 2000, p. 110).

Para chegar a tal categorização deve haver um conjunto de critérios ou características que as bases devem atender ou possuir, mas nos textos da autora não foi explicitado o critério utilizado; embora uma indicação seja dada quando a mesma categoriza as bases de dados catalográficos em uma categoria à parte por sua “orientação”. As bases de dados bibliográficas nos remetem a obras que compõem um universo temático, as bases de dados catalográficas nos remetem a obras específicas contidas numa coleção enquanto as bases de dados referenciais nos remetem a pessoas, empresas ou locais. Seria possível que o critério utilizado para tipificar as bases de dados de referências foi a “função” destinada a cada uma? Já para as bases de dados de fontes fica claro que a autora as categoriza de acordo com seu conteúdo.

Com o avanço tecnológico e a grande variedade de opções oferecidas pelas empresas que produzem fontes secundárias às bases de dados atuais foram atribuídas características que não as excluem nem de uma nem de outra categoria; o que gera dúvidas quanto à forma correta de categorizá-las. Isto é possível devido à interoperabilidade das plataformas sob as quais as bases de dados são construídas. De acordo com as necessidades do público-alvo e dependendo do poder aquisitivo a biblioteca pode optar entre fontes secundárias em diversas configurações. O que significa que uma base de dados que antes indubitavelmente seria classificada como uma base de dados bibliográficos pode fornecer também informações como endereço de e-mail do autor (dado característico de bases de dados referenciais) e acesso ao texto integral (próprio das bases de dados de fontes).

Para ilustrar a discussão; primeiramente quanto à divisão das bases de dados de referências (bases bibliográficas, catalográficas e referenciais) e bases de dados de fontes (bases numéricas, de texto integral, textuais e numéricas e multimídia), foram escolhidas as bases de dados LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em ciências da saúde) e o MEDLINE. Utilizando a classificação de Rowley (1994, 2000), as bases LILACS e MEDLINE seriam bases de dados bibliográficos

por disponibilizarem referências bibliográficas e resumos. O quadro 1 abaixo apresenta o resultado da pesquisa feita na base LILACS.

1 / 360 LILACS LILACS-Express

seleciona
 para imprimir
 Fotocópia
 Texto completo
 SciELO Brasil
 Soares, Eliane de Abreu

Id: 454577

Autor: Silva, Deila Regina Bentes da; Miranda Júnior, Paulo Fernando; Soares, Eliane de Abreu.

Título: A importância dos ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa na gestação e lactação / The significance of long chain polyunsaturated fatty acids in pregnancy and lactation

Fonte: [Rev. bras. saúde matern. infant.](#);7(2):123-133, abr.-jun. 2007. tab.

Idioma: Pt.

Resumo: Os ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa (AGPICL), ácido docosahexaenóico (DHA) e ácido araquidônico (AA) são componentes essenciais não só para o desenvolvimento neurológico quanto para a função visual da criança. O objetivo desta revisão foi buscar estudos recentes sobre a importância desses nutrientes no período gestacional e neonatal. A maior necessidade dos AGPICL ocorre durante a vida intra-uterina e nos primeiros meses de vida. A mãe é um fator determinante na oferta desses ácidos graxos para a criança. O leite materno contém todos os nutrientes necessários para o crescimento e desenvolvimento da criança. O bebê não tem capacidade de alongação e dessaturação dos ácidos graxos e dessa maneira as fórmulas infantis devem conter AGPICL pré-formados. (AU)

Long chain polyunsaturated fatty acids (LC-PUFAS), docosahexaenoic acid (DHA) and arachidonic acid (AA) are essential components for both neurological development and visual function of the child. This review focused on recent studies concerning the value of these nutrients during gestational and neonatal periods. The need for (LC-PUFAS) is enhanced during intra-uterine and first months of life. The mother is the principal source of fatty acids to the child. Maternal milk contains all required nutrients for infant's growth and development. Babies do not have the ability to elongate and desaturate fatty acids therefore; feeding formulas should contain preformed LC-PUFAS. (AU)

Responsável: BR1.1 - BIREME

Quadro 1: Primeiro registro da pesquisa por Silva, Brasil e 2007. Fonte: LILACS, 2007.

A busca foi feita por autores de sobrenome Silva, que tivessem publicado um trabalho no Brasil no ano de 2007. A seta indicativa número um mostra o botão que encaminha o usuário ao Currículo Lattes da autora, onde serão encontrados os dados referenciais como o nome e endereço da instituição a qual a autora está afiliada e/ ou o seu endereço de e-mail para que se possa entrar em contato com ela. Já a segunda seta indicativa mostra o último campo do registro que indica em qual biblioteca da rede, o texto pode ser localizado; característica de uma base de dados catalográficos.

No segundo conjunto, quadros 2 e 3, de forma diferente, numa pesquisa pelo sobrenome Clemens, e trabalhos publicados entre 1997 e 2007, feita na base de dados MEDLINE, o usuário já vê nos resultados de sua pesquisa o endereço e e-mail do pesquisador (seta indicativa número 3). Novamente, uma base de dados bibliográfica, que desta vez toma para si uma característica de base dados referenciais.

1 / 44 MEDLINE_1997-2007

seleciona
 para imprimir
 Fotocópia

[PMID]: 17549250
[Au] Autor: Towler DA
[Ad] Endereço: Department of Medicine, Center for Cardiovascular Research, Division of Bone and Mineral Diseases, Washington University School of Medicine, St. Louis, Missouri 63110, USA. dtowler@im.wustl.edu

[T] Título: Vascular biology and bone formation: hints from HIF.
[Com] Comment On: J Clin Invest. 2007 Jun;117(6):1616-26

Comentários:
[So] Source: [J Clin Invest](#);117(6):1477-80, 2007 Jun.
[Is] ISSN: 0021-9738

[Cp] País de publicação: United States
[La] Idioma: eng

[Ab] Resumo: In this issue of the JCI, Wang, Clemens, and colleagues demonstrate that hypoxia-inducible factor alpha (HIF alpha) signaling in bone-building osteoblasts is central to the coupling of angiogenesis and long bone development in mice (see the related article beginning on page 1616). They show that bone formation controlled by osteoblast HIF alpha signaling is not cell autonomous but is coupled to skeletal angiogenesis dependent upon VEGF signaling. Thus, strategies that promote HIF alpha signaling in osteoblasts may augment bone formation and accelerate fracture repair.

[Mh] Termos MeSH:
[Animais](#)
[Fatores de Transcrição Hélice-Alça-Hélice Básicos*/PH](#)
[Desenvolvimento Ósseo*/PH](#)
[Subunidade alfa do Fator 1 Induzível por Hipoxia*/PH](#)
[Camundongos](#)
[Modelos Biológicos](#)
[Neovascularização Fisiológica*/](#)
[Osteoblastos*/PH](#)
[Transdução de Sinal](#)
[Fator A de Crescimento do Endotélio Vascular*/PH](#)

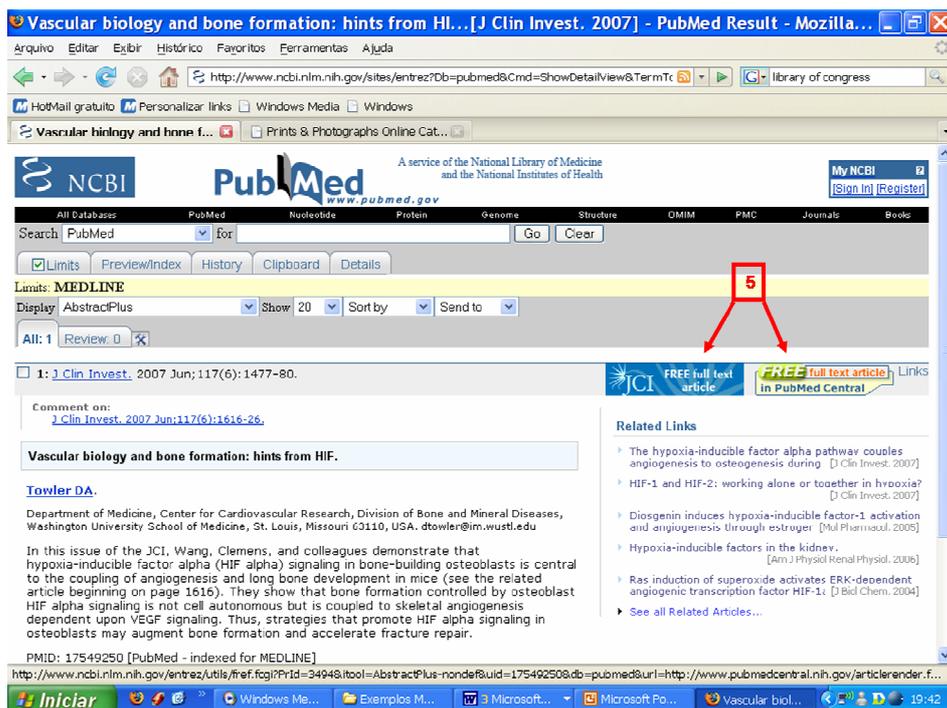
[PT] Tipo de publicação: COMMENT; JOURNAL ARTICLE

Quadro 2: Primeiro registro da pesquisa por Clemens, 1997 a 2007. Fonte: MEDLINE, 2007.

Retornando para a divisão mais generalista que separa as bases de dados em bases de dados de referências e bases de dados de fontes, tomou-se como exemplo ainda a base de dados MEDLINE e como a mesma apresenta diversas características de acordo com quem esta oferecendo o acesso. No quadro de número quatro (seta indicativa quatro) vemos o registro bibliográfico com resumo de um trabalho e as opções oferecidas pela base que são imprimir o registro ou solicitar uma cópia do artigo.

O link que consta no título do periódico, remete o usuário a um link com os dados bibliográficos do periódico, informações a respeito da versão eletrônica do periódico (se o mesmo é de acesso livre ou acesso restrito, ou se ainda não existe em versão eletrônica) indicando ainda se o título se encontra disponível em Portais de acesso eletrônico como o SciELO ou o Portal de Periódicos da CAPES.

Já o mesmo registro ao ser localizado na base de dados *MEDLINE* disponibilizada pelo PubMed, iniciativa da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos da América, para fornecer, entre outros serviços, o acesso gratuito ao *MEDLINE* (NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE, 2006) oferece além do registro bibliográfico e resumo do artigo, o acesso ao texto na íntegra.



Quadro 3: Segundo registro da pesquisa por Clemens, 1997 a 2007. Fonte: PubMed, 2007.

É possível alegar que o MEDLINE continua simplesmente uma base de dados bibliográfica e que os provedores desta fonte oferecem como parte de um sistema a base de dados de referências, e outra ou outras que também disponibilizam o texto na íntegra. Entretanto, para que o link do texto na íntegra apareça no registro do MEDLINE deve haver alguma relação entre os registros destas bases. O que remete mais uma vez à definição de base de dados fornecida por Rowley. Como classificar então o sistema de bases de dados? E cabe fazer algum tipo de categorização para um sistema?

Outro exemplo é o catálogo on-line de gravuras e fotografias da Library of Congress. O exemplo citado não se refere a bases de títulos de periódicos mas é útil para questionar o conceito. Esta base disponibiliza dados catográficos da coleção de gravuras e fotografias da Biblioteca do Congresso norte americano e o acesso à própria coleção de iconografia através do mesmo catálogo.

Neste momento somente cerca de cinquenta por cento da coleção consta do catálogo on-line, e noventa por cento destes registros são acompanhados pela iconografia correspondente (LIBRARY OF CONGRESS, 2006). A base de dados é catalográfica ou multimídia? É possível que seja considerada como ambas?

A mesma dúvida não ocorre com o catálogo de iconografia da Biblioteca Nacional do Brasil (BN), pois até o momento, mesmo que a BN tenha digitalizado e

disponibilizado parte de seu acervo iconográfico através da Biblioteca Nacional Digital esta base não está relacionada com o catálogo de iconografia. O mesmo ocorre com o catálogo de manuscritos. No catálogo do acervo digital foi disponibilizado um manuscrito de Leonel de Alencar intitulado *El Angel de los ultimos amores*; ao pesquisar pelo mesmo autor no catálogo de manuscritos foi localizado o registro referente à obra, mas não havia qualquer opção que remetesse à obra digitalizada. Sendo assim o catálogo permanece uma base de dados de referências catalográficas e a base de dados do acervo digital uma base de dados multimídia.

O objetivo desta discussão foi somente o de mostrar como as delimitações das classificações descritas por Rowley (1994, 2000) estão se esmaecendo. Enquanto as opções de bases de dados disponíveis ao bibliotecário de aquisição evoluíram os conceitos que as categorizavam não acompanharam este processo e não há na literatura novos conceitos para categorizar estas bases de dados híbridas. Isto evidencia outro impacto que as tecnologias da informação exerceram sobre o trabalho do bibliotecário.

3.3 O bibliotecário de aquisição no universo digital

No último capítulo de seu livro *Aquisição de Materiais de Informação* Andrade e Vergueiro (1996) fazem algumas considerações sobre o futuro da aquisição e apontam quais tendências teriam “possibilidade de afetar mais profundamente as atividades de aquisição” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 96). Entre elas está o debate sobre acesso *versus* posse e o periódico eletrônico cujas influências, sobre o autor, o editor e a biblioteca, foram extensamente detalhadas nas páginas anteriores.

Em virtude destas influências, o foco do processo de aquisição também se alterou. O bibliotecário de aquisição que estava exclusivamente voltado para o controle de atividades como a realização de pedidos de compras, pagamento de fornecedores, recebimento de itens entre outros, passou a realizar atividades “como o contato direto com o público ou a negociação com os fornecedores” (ANDRADE; VERGUEIRO, 1996, p. 97). Vale lembrar que no ambiente eletrônico, uma biblioteca pode atuar como provedora de informação para outra biblioteca. Nesta seção e subseções a seguir o objetivo proposto foi identificar, no contexto atual, com que modelos de negócio o bibliotecário de aquisição interage no ambiente eletrônico.

Levando-se em conta o conjunto de temas analisados: a transição do documento do impresso para o eletrônico; o questionamento do conceito de propriedade ou posse, e o controle do acesso à informação, foi possível identificar três modelos de negócio preponderantes baseadas nas soluções de acesso à informação que fornecem. Em Willinsky (2006 apud Kuramoto, 2006) encontramos as seguintes denominações que são respectivamente: o modelo cooperativo, o modelo subsidiado e o modelo *E-print archive*.

Mediante a identificação destes modelos, prosseguiu-se com sua descrição e análise. Para facilitar este processo, foram então correlacionados empreendimentos atuantes que refletem os modelos identificados, incluindo uma breve descrição da missão, do objetivo e história de cada um.

3.3.1 Cooperativo: o modelo BVS

O modelo descrito a seguir caracteriza-se pelo trabalho cooperativo e a formação de redes de compartilhamento da informação. O acesso às fontes de informação nele produzidas é gratuito e livre para todos, sem restrição neste sentido. De forma geral nos empreendimentos que atuam de acordo com o modelo cooperativo também não existem quaisquer restrições sobre o uso da informação; atuam no completo respeito aos direitos autorais, provêem acesso à informação somente para fins de ensino e pesquisa; mas não controlam o fim para o qual o usuário utiliza a informação. No modelo cooperativo, “Instituições como bibliotecas e associações científicas contribuem para o suporte do acesso livre a revistas e o desenvolvimento de recursos de publicação” (KURAMOTO, 2006, p. 98).

A Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) é uma iniciativa do Centro Latino Americano e do Caribe de informação em Ciências da Saúde (BIREME). A BIREME é um centro especializado da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS), criado no Brasil em 1967, com a missão de “[...] contribuir para o desenvolvimento da saúde nos países da América Latina e do Caribe, através da promoção do uso da informação científico-técnica em saúde” (BIREME, 2004a, [p. 1]).

A BIREME cumpre com seus objetivos propiciando a cooperação técnica de informação entre os países pertencentes à América Latina e Caribe, que de tal forma resultam no “acesso eqüitativo” à informação. Dentre as funções da BIREME na

América Latina e Caribe, (que abaixo estão identificadas como a região) destacam-se:

- promover a construção, o desenvolvimento e a operação descentralizada da Biblioteca Virtual em Saúde (denominada BVS) entendida como a base do conhecimento científico-técnica em saúde, registrado, organizado e armazenado em formato eletrônico nos países da REGIÃO, disponível de forma universal em Internet e de forma compatível com as principais fontes de informação internacionais;
- desenvolver o Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (denominado SISTEMA), levando-se conta a integração e a participação ativa e cooperativa de instituições, unidades de instituições, bibliotecas, centros de documentação e agentes que são produtores, intermediários e usuários de informação científico-técnica em saúde nos países da REGIÃO para a construção, desenvolvimento e operação da Biblioteca Virtual em Saúde. O SISTEMA é implantado a nível nacional através de redes ou sistemas nacionais de Informação em ciências da saúde;
- coordenar, operar e promover o controle bibliográfico, a divulgação, a avaliação e o melhoramento da literatura científico-técnica publicada em papel e em formato eletrônico nos países da REGIÃO, a qual deverá ser indexada nas bases de dados do Sistema LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde), que incluem a base de dados Regional LILACS, as bases de dados nacionais que representam a memória da literatura científico-técnica dos países e as bases de dados especializadas, produzidas e operadas pela OPAS e pelos países;
- implantar um acesso amplo, rápido e cooperativo à literatura científico-técnica internacional, publicada em papel ou em formato eletrônico. Para assim, estimular o desenvolvimento e uso compartilhado de coleções de literatura científico-técnica através das redes e associações de bibliotecas e centros de documentação nos países da REGIÃO;
- pesquisar, desenvolver, manter e disseminar instrumentos metodológicos baseados em tecnologias de informação avançadas e apropriadas às condições dos países da REGIÃO, visando a operação descentralizada e equitativa de fontes de informação na BVS;
- possibilitar o intercâmbio operacional da BVS e do SISTEMA com os sistemas, bibliotecas, fontes de informação, experiências e iniciativas internacionais em informação científico-técnica em saúde (BIREME, 2004a, [p. 3-5]).

A BVS surgiu em 1998 imerso no “paradigma da informação e comunicação da Internet” (BIREME, 2005a), onde a Internet atua como um catalisador nos processos de assimilação, produção e disseminação da informação.

A BIREME já atuava na promoção da cooperação entre os países da América Latina e Caribe; sendo assim, em 1998 na Costa Rica durante a sétima Reunião do Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde e do quinto Congresso Regional de Informação em Ciências da Saúde, foi proposta a criação da BVS partindo da perspectiva de criar um ambiente único de acesso à informação que seria compartilhado por todos os agentes interessados.

No modelo da BVS, a rede de produtores, intermediários e usuários de informação conflui progressivamente para a operação dos produtos e serviços em um espaço comum na Internet. Neste espaço comum, a BVS se conforma progressivamente em redes dinâmicas de fontes e fluxos de informação, criadas e operadas de modo cooperativo e descentralizado e submetidas a controles de qualidade explícitos. A BVS constitui-se, portanto em um espaço público de interação entre produtores, intermediários e usuários, contribuindo para a publicação, registro, organização, indexação, preservação, controle de qualidade e integridade assim como para a visibilidade, acessibilidade e uso da informação gerada nos sistemas nacionais de pesquisa, ensino e atenção à saúde.

A BVS é uma biblioteca virtual formada por unidades de informação (outras bibliotecas, centros de documentação e instituições como universidades, hospitais ou ministérios) que formam uma rede de cooperação descentralizada: a Rede BVS, que é composta de novecentos e seis centros cooperativos (destes duzentos e cinqüenta e dois são do Brasil), e envolvendo três mil oitocentas e nove instituições cobrindo os países da América Latina e Caribe (BIREME, 2004b).

Para trabalhar de forma ativa, padronizada e alcançar o nível de cooperação necessário à estrutura que buscavam, foram desenvolvidas metodologias e soluções tecnológicas que permitem que a forma de coleta e mesmo as informações básicas que são coletadas sejam as mesmas em qualquer um dos centros cooperativos.

As metodologias e aplicativos desenvolvidos pela BIREME, também propiciam a criação de novos centros cooperativos e até mesmo a criação de outras bibliotecas virtuais em saúde nacionais (específicas de um país) ou de áreas temáticas específicas (por exemplo, saúde na adolescência) (BIREME, 2005b). Entre as metodologias e aplicativos oferecidos estão:

- BVS-Site - Gerenciador de interface que permite criar e administrar uma BVS. Utiliza metodologias e tecnologias que geram um espaço virtual para consulta e navegação através dos conteúdos e serviços que são alimentados, gerenciados e atualizados de forma independente pelas instituições cooperantes da BVS.
- LILDBI - Web - Versão web do sistema LILDBI - LILACS Descrição Bibliográfica e Indexação. O sistema permite a operação de forma descentralizada das tarefas de alimentação, manutenção e controle de qualidade de bases de dados bibliográficas que seguem a metodologia LILACS. Com o sistema LILDBI podem ser descritos e indexados teses, livros, capítulos de livros, anais de congressos ou conferências, relatórios técnico-científicos, artigos de revistas, etc., relacionados à área da Saúde.
- SciELO - A Metodologia SciELO [Scientific Eletronic Library Online] é formada por um conjunto de programas, manuais e procedimentos para a publicação eletrônica de edições completas de periódicos científicos.

Inclui a organização de bases de dados bibliográficas e de textos completos, a recuperação de textos por seu conteúdo, a preservação de arquivos eletrônicos, a produção de indicadores estatísticos de uso e impacto da literatura científica, e critérios de avaliação de revistas, baseado nos padrões internacionais de comunicação científica. Pode ser aplicada para a operação de qualquer periódico individual ou acervo de revistas científicas (BIREME, 2005b).

A rede BVS atua na sua região quanto internacionalmente; e vem desenvolvendo metodologias e aplicativos para promover o acesso, integração e compartilhamento da informação a BVS e a BIREME contribuem também para a redução da exclusão digital.

Retomando a análise do modelo cooperativo e visto que este trabalho focou-se na formação e desenvolvimento de coleções e no processo de aquisição dentro do ambiente virtual, nos questionamos: de forma a BIREME formalizava sua dinâmica de cooperação? Queríamos compreender:

- De que forma se estruturava esta rede?

Em contato com a BIREME, verificamos que a mesma categoriza as instituições em dois tipos: unidades participantes e centros cooperantes. As unidades participantes atuam somente como divulgadores da iniciativa, promovendo a BVS entre seus usuários. Os centros cooperantes por sua vez assumem um compromisso de contribuir para as fontes de informação produzidas pela BVS “através da entrada de dados em uma ou mais fontes como por exemplo base de dados LILACS, para o Catálogo Coletivo SECS ou para o Serviço SCAD” (PALOMBO, 2007). Independentemente da categorização recebida, para formalizar sua participação, as bibliotecas que forem selecionadas firmarão um convênio com a BIREME. Os centros cooperantes recebem toda a metodologia LILACS, o treinamento no uso da mesma e o suporte técnico necessários de forma gratuita (PALOMBO, 2007).

- Como eram selecionadas as instituições que a compõem?

As instituições/bibliotecas interessadas em fazer parte da rede BIREME, passam por um processo de avaliação onde indentificam-se:

[...] as oportunidades de cooperação da biblioteca para as fontes de informação e serviços da BVS. [...] Para ser um centro cooperante a biblioteca deve mostrar que tem recursos humanos para cooperar com as fontes de informação que forem definidas, produção bibliográfica de interesse para a BVS e outros recursos a identificar [...] (PALOMBO, 2007).

- Como os materiais que compõem seus acervos são adquiridos?
- Como evitavam que as contribuições feitas não fossem redundantes?

A informação descrita aqui se restringe à seleção e aquisição das informações provenientes de periódicos inclusos nas bases de dados nacionais, que por sua vez são indexadas na base de dados LILACS.

Em cada país os centros cooperantes são coordenados por um centro nacional. É recomendado que este Centro Coordenador Nacional (CCN) forme em cada país um comitê seletor “[...] que terá como atribuições a avaliação e seleção de novos títulos, a análise da produção científica nacional e a atualização contínua dos critérios de seleção vigentes” (BIREME, 2006b, p. 32).

Na metodologia LILACS, os critérios de seleção são definidos num guia de seleção de documentos o que propicia uma abordagem uniforme no processo de seleção entre os centros cooperantes em nível, local, nacional ou internacional, os critérios descritos são:

- Conteúdo - o “mérito científico” (BIREME, 2006b, p. 33) do periódico;
- Arbitragem - a publicação precisa trabalhar como sistema de revisão por pares, ou seja os trabalhos submetidos serão avaliados por outros profissionais da área que deverão ratificar a contribuição científica do trabalho;
- Corpo editorial - “o periódico deve possuir um comitê editorial idôneo [sua composição] deve ser pública e seus integrantes devem ser especialistas com experiência reconhecida na área” (BIREME, 2006b, p. 35);
- Regularidade - o periódico deve manter a periodicidade estabelecida,
- Periodicidade - a recomendação para a área de ciências da saúde é que o periódico seja no mínimo trimestral
- Tempo de existência - “o periódico deve ter pelo menos quatro fascículos publicados para ser considerado para avaliação” (BIREME, 2006b, p.36)
- Normalização - devem ser apresentadas aos colaboradores da publicação normas claras sobre a apresentação e estruturação do trabalho, entre outras;
- Apresentação gráfica - a qualidade da apresentação gráfica do periódico será avaliada “para garantir o acesso ao documento, seja por meios tradicionais impressos ou eletrônicos” (BIREME, 2006b, p. 37).

As editoras dos periódicos selecionados serão comunicadas e existindo o interesse destas em serem indexadas na base de dados LILACS, as editoras são orientadas a encaminhar sob a forma de doação exemplares dos fascículos do periódico tanto para o CCN quanto para o centro cooperante de acordo com o “âmbito de atuação pré-definido [para cada um], seja este geográfico (institucional, nacional, regional) ou temático” (BIREME, 2006b, p. 5).

O modelo cooperativo traz vantagens econômicas para as bibliotecas/instituições que participam de tais iniciativas ao permitir o investimento mais eficiente de recursos. Fazem com que um investimento menor alcance um resultado maior. No modelo da BIREME/BVS cada instituição tem acesso a um conjunto muito maior de fontes de informação do que teriam se cada uma as produzisse e/ou adquirisse individualmente.

Neste primeiro modelo, o acesso à informação é ao mesmo tempo o objetivo e o resultado da aplicação do mesmo; e delinea-se na busca pelo controle do conhecimento produzido (independente do suporte), através de mecanismos para descrever o documento e, portanto, identificá-lo, organizá-lo, armazená-lo, localizá-lo e recuperá-lo (MACHADO,A., 2003).

3.3.2 *Subsidiado: o modelo da CAPES*

No modelo subsidiado, “sociedades científicas, instituições de governo ou fundações disponibilizam, por meio de subsídio, o acesso livre a revistas” (KURAMOTO, 2006, p. 98).

O exemplo identificado para representar este segundo modelo é o portal de periódicos da CAPES que visa atuar como um serviço centralizado provendo acesso através de um único portal a fontes de informação de todas as grandes áreas do conhecimento (ciências da saúde, ciências biológicas, ciências sociais aplicadas, etc.). Neste portal estão agregados bases de dados referenciais (fontes secundárias) e periódicos de acesso ao texto completo (fontes primárias).

Atualmente, trabalhamos com 35 (trinta e cinco) contratos firmados com editoras internacionais para acesso ao material bibliográfico científico e tecnológico, são elas: Elsevier/SciencDirect, IEEE, HighWire Press, Annual Riviews, Science (AAAS), NATURE (weekly), NATURE (Res. e Rer), Oxford University Press, ACS, IOP, API, Blackwell Publishers, SAGE, Emerald, Cambridge university Press, OECD, ACM, ProQuest/ABI, WoS, DII, Chemical Abstracts/CAS. e existem, também, 10 (dez) contratos com representantes no Brasil de editoras internacionais. São elas: EBSCO Publishing, Springer, Kluwer, OVID, CSA, GALE, H.W.Wilson, LNLS (Físuca), SportDiscus, SilverPlatter (LOBO, 2007).

O projeto foi implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A instituição, foi criada em 1951 durante o segundo governo de Getúlio Vargas como “Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior” (CAPES, c2006). Sua missão inicial era a de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país" (CAPES, c2006). Hoje, a CAPES, além de continuar investindo na capacitação profissional formando recursos de alto nível para o país, trabalha para a educação brasileira através da avaliação dos programas de

pós-graduação *stricto sensu* no país; propiciando o acesso e divulgação da produção científica, e promovendo a cooperação científica internacional (CAPES, c2006).

Seguindo uma das vertentes de trabalho da CAPES (acesso e divulgação da produção científica) foi criado o portal de periódicos da CAPES, como resposta à problemática de manutenção das coleções de periódicos nas Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Esta é a iniciativa mais recente tendo sido precedida de outros programas tais como o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos para Bibliotecas Universitárias (PAP - vigente entre 1987 e 1991) e o Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP - criado em 1995) (ODDONE; MEIRELLES, 2006), com um diferencial; as iniciativas anteriores envolviam o repasse de recursos para aquisição de periódicos nas instâncias de cada IES, repasse este que muitas vezes não ocorreu ou ocorreu de forma insuficiente (UNIVERSIDADES..., 2002); com a criação do portal os recursos do PAAP que eram repassados às IES foram concentrados para a aquisição e disponibilização dos periódicos num único espaço de convergência. Em 10 de Novembro de 2000 foi criado o portal de periódicos da CAPES com a missão de “reduzir disparidades regionais, permitindo acesso on-line da produção científica e tecnológica produzidas em todo o mundo” (CAPES, 2007a).

Beneficiando a partir de 2001, inicialmente setenta e duas instituições com o acesso a treze bases de dados referenciais e mil oitocentos e oitenta e dois títulos de periódicos, o portal cresceu significativamente de tal forma que em Abril de 2007 já eram oferecidas a cento e oitenta e nove instituições o acesso a cento e vinte e uma bases de dados referenciais e onze mil quinhentos e dois títulos de periódicos. (CAPES, 2007a)

Diferentemente do modelo cooperativo onde o acesso à informação não é controlado; no modelo subsidiado, o acesso é limitado aos tipos de usuários especificados no contrato de prestação de serviço firmado entre a instituição e o provedor do serviço. Neste caso a CAPES definiu seus usuários conforme o tipo de instituição em que se encontrava seu público-alvo (os professores, pesquisadores, alunos e funcionários das instituições participantes), e estas instituições são seleccionadas a partir dos seguintes critérios:

- instituições federais de ensino superior,
- instituições de pesquisa com pós-graduação avaliada pela CAPES,

- instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais com pós-graduação avaliada pela CAPES e
- instituições privadas de ensino superior com pelo menos um doutorado com avaliação trienal 5 (cinco) ou superior pela CAPES [...] (CAPES, c2004a).

Para as instituições que não se encaixam nestas categorias é a ainda possível tornar-se uma instituição participante mediante pagamento. Mas as instituições pagantes tem acesso restrito ao conteúdo assinado.

A CAPES definiu seus usuários autorizados: os docentes permanentes, temporários e professores visitantes; estudantes de graduação e pós-graduação; e funcionários permanentes e temporários das instituições participantes; e os locais de onde este acesso pode ser feito:

O acesso é gratuito, restrito aos usuários autorizados, em **terminais ligados à internet através de provedores de acesso autorizados das instituições participantes**. Estes terminais estão instalados nas dependências das instituições participantes, como bibliotecas, laboratórios, escritórios de trabalho e outros locais (CAPES, 2004a, grifo do autor).

Como foi descrito na seção 3.1 deste trabalho, o licenciamento de fontes de informação implica em diversas restrições e exigências de controle para prevenir o abuso de conteúdo (que pode ser traduzido como acesso não pago).

Também foram acordados certos itens que GIAVARRA (2001) e DAVIS (1997) haviam recomendado evitar, como a inclusão de termos como “medidas razoáveis” (quem define o que é razoável?) ou ainda como uma das normas de uso estabelecidas no portal: a obrigatoriedade da instituição participante de deletar ao final de cada semestre ou ano letivo a cópia digital de qualquer item que tenha sido obtido para uso em programas de ensino ou cursos específicos (CAPES, c2004c). As instituições, desta forma assumem, uma responsabilidade de controle sobre seus usuários, o que é de difícil execução (e se o docente da instituição que salvou uma cópia digital de um artigo para seu curso de especialização esquecer de deletá-lo de seu computador de casa?). A CAPES repassa para as instituições responsabilidades que certamente constam em seu próprio contrato com as editoras científicas e conseqüentemente pode expor a si e todas as instituições que a ela se associam para fazer uso do portal a possíveis exigências, cobranças ou contendas por parte das editoras. Riscos que poderiam ser evitados ou melhor administrados se a terminologia “medidas razoáveis” fosse substituída por uma descrição clara do que é

permitido e do que não é permitido. Isto resgata as orientações de Giavarra (2001) e Davis (1997) e a importância de negociar os termos dos contratos para obter um acordo satisfatório para todas as partes envolvidas e reduzir a inclusão de cláusulas não realistas como o exemplo citado acima.

Vale lembrar que os recursos investidos pela CAPES, não adquirem realmente as fontes de informação, mas simplesmente adquirem a permissão de acesso, privilegiando “o acesso à informação em detrimento da propriedade física das coleções” (ODDONE; MEIRELLES, 2006). No aspecto do processo de “aquisição” das fontes disponibilizadas no portal, buscamos responder às seguintes questões:

- Nos acordos/licenciamentos feitos, é utilizado um modelo de contrato próprio ou adaptam-se aos modelos-padrão fornecidos pelos próprios fornecedores?

“Utilizamos o MODELO APROVADO PELA CAPES EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL” (CAPES, 2007b, grifo do autor).

- Quanto tempo em média leva-se para analisar um contrato e qual o tempo médio entre iniciar e finalizar um processo de negociação contratual?
- Quem analisa estes contratos; a participação ou o parecer de um bibliotecário faz parte deste processo?

O tempo hábil para análise de contrato é em torno de 20 dias. Os contratos são analisados pela Procuradoria Jurídica da CAPES, entretanto existe sempre a necessidade de parecer de um bibliotecário, representante de área junto a Capes bem como manifestação da CBBU e ANDIFES quanto à relevância do material a ser inserido. Após estas manifestações o assunto é encaminhado para o Conselho Consultivo do Portal que indica ou não a contratação do conteúdo. O assunto é encaminhado à Diretoria Executiva da Capes a qual será responsável pelo parecer conclusivo (CAPES, 2007b).

A utilização de um modelo de contrato próprio denota uma visão clara daquilo que a instituição espera pelo serviço contratado ao invés da simples aceitação das condições dos fornecedores dos serviços e o envolvimento do bibliotecário no processo decisório está assegurado.

Mas e quanto à relação custo-benefício, um dos argumentos de maior peso a favor do licenciamento de fontes? No decorrer de sua trajetória enquanto o número

de fontes disponíveis aumenta o custo pelo seu acesso diminui, em 2001 o portal de Periódicos da CAPES disponibilizava mil oitocentos e oitenta e dois títulos de periódicos e treze bases de dados referenciais e o custo pago pelo acesso ao texto completo e pelas pesquisas realizadas eram respectivamente: quatro reais e cinqüenta e três centavos, e um real e oitenta e sete centavos (CAPES, 2007a). Comparativamente em 2006, o portal oferecia dez mil novecentos e dezenove títulos de periódicos e cento e vinte e uma bases de dados, ao custo de um real e setenta e um centavos pelo acesso ao texto completo e somente trinta e oito centavos de real pela pesquisa bibliográfica (CAPES, 2007a). A CAPES considera o resultado extremamente positivo (BIREME, 2006a).

Com relação a seu posicionamento quanto às iniciativas de acesso aberto, é mais difícil estabelecer, pois a CAPES subsidia o acesso a fontes de informação pagas (cada uma com sua própria estratégia frente às demandas de acesso livre); e disponibiliza também acesso a fontes de acesso aberto (mas não apóia nenhuma iniciativa própria). A melhor opção neste caso seria afirmar que o portal é fiel ao seu propósito de promover o acesso à produção científica mundial.

O modelo subsidiado está fundamentado no uso do direito contratual em detrimento do direito autoral ou o copyright, trazendo consigo todas as nuances discutidas na seção 3.1 sobre licenciamento de fontes de informação e cuja tarefa de análise hoje ocupa um tempo substancial do bibliotecário de aquisição (EVANS, 2000) desafiando-o a expandir seu conhecimento para garantir o acesso justo à informação.

3.3.3 *E-print archive: o modelo do E-LIS*

Neste terceiro modelo, “uma instituição ou uma sociedade ou associação científica hospeda e mantém um repositório, facilitando aos seus membros o auto-arquivamento de material publicado e não-publicado” (KURAMOTO, 2006, p. 97-98). O objetivo é maximizar a visibilidade e o impacto do que foi produzido, através do acesso livre e desimpedido à informação científica (HARNAD, 2005a). Esse modelo é sustentado por iniciativas de acesso aberto e implementado através do auto-arquivamento e da publicação em periódicos de acesso aberto.

Conforme já foi descrito, as comunidades acadêmicas e de pesquisa são altamente dependentes do impacto que a publicação de seus trabalhos causa. O

fator de impacto foi divisado na década de sessenta por Eugene Garfield (ANDRÉ, 2005 apud KURAMOTO, 2006a), e traduz-se por uma métrica ou medida de quantas vezes um periódico, um trabalho publicado ou mesmo um autor é citado por outros. O processo resultante é passível de comparação à uma competição onde um autor termina por concorrer com outro pelo leitor no interesse de que este leitor venha a citá-lo em seu próprio trabalho, levando em conta a oferta de trabalhos publicados (explosão bibliográfica) e a impossibilidade do indivíduo de assimilar toda informação que é produzida. Isto resulta na necessidade de selecionar àquilo que efetivamente será lido. O desafio de fazer com que seu trabalho seja visível para o leitor só é ampliado com a problemática do acesso à informação, que embora mais grave nos países em desenvolvimento, também existe nos países ditos desenvolvidos ((MIS)LEADING..., 2003).

O movimento de acesso aberto surgiu como mais uma alternativa para mitigar esta problemática de acesso com a proposta de que todo o conhecimento científico produzido com recursos públicos deveria por sua vez ser livremente acessível ao público (KURAMOTO, 2006).

O movimento de acesso aberto voltou a aproximar os autores de seus potenciais leitores, eliminando ao menos as barreiras econômicas para o acesso à informação. E traz consigo não só novas soluções tecnológicas e novos conceitos como uma nova prática de comunicação científica. No contexto do acesso livre, entram em cena novos personagens: os provedores de dados e os provedores de serviços. Os provedores de dados fazem as vezes das bases de dados que mantêm e gerenciam os repositórios e arquivo de publicações eletrônicas. Os provedores de serviços fornecem, coletam e agregam valor aos dados coletados sobre as publicações eletrônicas: os metadados. Esta estrutura funciona como um grande catálogo coletivo: os provedores de dados são as bibliotecas e os provedores de serviços os catálogos coletivos que reúnem as bibliotecas. Surgiu ainda um terceiro personagem, o chamado agregador (que pode atuar ora como provedor de dados ora como provedor de serviços) todos interoperáveis por meio de um novo protocolo o: OAI-PMH (Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting) que possibilita o intercâmbio de dados entre estes agentes e promove o compartilhamento (KURAMOTO, 2006). Weitzel (2006), apresenta estes atores sob o enfoque da estrutura da literatura científica onde as publicações eletrônicas são as

fontes primárias e correlaciona os provedores de dados com fontes secundárias; e os provedores de serviços como fontes terciárias.

Para operar sob as premissas do modelo de acesso aberto é necessário que um repositório digital definido como “uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado” (VIANA; ARELLANO; SHINTAKU, 2006 apud KURAMOTO, 2006, p. 93) atenda a determinadas “especificações técnicas e princípios administrativos” (KURAMOTO, 2006, p. 94).

São necessários os seguintes componentes tidos como essenciais para um arquivo de e-prints:

- mecanismo de submissão;
- sistema de armazenamento a longo prazo;
- uma política de gestão para a submissão e preservação de documentos;
- uma interface aberta que permita terceiros coletar os metadados dos respectivos arquivos (KURAMOTO, 2006, p. 94).

O exemplo escolhido para representar o modelo de acesso livre, o E-LIS (E-prints in Library and Information Science) atende estes requisitos.

Criado em 2003; é fruto de outras duas iniciativas de acesso aberto: os projetos RCLIS (Research in Computing, Library and Information Science) e DoIS (Documents in Information Science) (ABOUT..., 2007). O E-LIS surgiu como o primeiro arquivo aberto de caráter internacional e com o diferencial de que todo o trabalho de gestão e desenvolvimento do arquivo é realizado de forma voluntária por bibliotecários e outros profissionais da informação do mundo todo.

Bibliotecários e organizações em Ciência da Informação podem colaborar com o E-LIS da seguinte maneira: depositando/ disponibilizando seus trabalhos de pesquisa no arquivo; conscientizando os bibliotecários de seu país sobre a iniciativa dos repositórios digitais, e finalmente os bibliotecários, arquivistas e outros profissionais da informação podem tornar-se editores do E-LIS (VOLUNTEER..., [2007]), atuando como ponto de contato entre o autor-colaborador no seu país e o E-LIS. No corpo editorial do E-LIS até o momento estão representados um total de quarenta países (E-LIS..., 2007a).

O propósito do arquivo [aberto] é tornar documentos em Biblioteconomia e Ciência da Informação visíveis, acessíveis, coletáveis, pesquisáveis e usáveis por qualquer usuário potencial com acesso à Internet. Além disto, este serviço pretende apoiar indivíduos que queiram publicar ou de outra maneira tornar artigos mundialmente disponíveis. O acesso aberto a artigos

em Biblioteconomia e Ciência da Informação e sua disseminação podem também fundamentar a construção de redes internacionais de Biblioteconomia e Ciência da Informação (FREQUENTLY..., 2007, tradução nossa).

Dessa forma o público alvo são organizações de pesquisa, bibliotecas, autores-colaboradores na área de Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins, professores, pesquisadores, bibliotecários e outros profissionais da informação e potenciais leitores em busca de informação de acesso livre.

Em conformidade com o modelo de acesso aberto o E-LIS obtém seu conteúdo através de uma das vertentes da via verde descrita por Harnad (2005a; DURANCEAU; HARNAD, 1999) – o auto-arquivamento. O processo de “aquisição” do trabalho depende do depósito voluntário por parte do autor.

Para que um trabalho seja depositado e “publicado” no E-LIS devem ser cumpridas as seguintes exigências e etapas:

- O autor precisa registrar-se no E-LIS;
- O trabalho deve ser relacionado à Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins.
- O trabalho precisa estar em condições de publicação, o que significa que a obra tenha uma “versão acabada, em condições de passar pelo processo de comunicação” (SUBMISSION [...], 2007);
- São aceitos trabalhos em qualquer língua; mas é necessário que o trabalho tenha palavras chave e resumo em inglês;
- O trabalho deve ser classificado de acordo com o sistema de classificação próprio do E-LIS;
- O editor designado realiza a seleção dos trabalhos primeiramente avaliando se a obra está de acordo com o escopo do E-LIS, se os metadados fornecidos pelo autor estão corretos e se existe algum problema técnico com o arquivo submetido. O editor tem a autoridade de aprovar a publicação, recusá-la ou solicitar eventuais correções dos metadados fornecidos. Este período de avaliação tem duração de dois dias úteis;
- O autor deve concordar com o acordo de depósito e o *disclaimer* (declaração de isenção) do E-LIS (SUBMISSION [...], 2007).

É importante deixar claro que neste modelo, o auto-arquivamento não equivale a uma publicação do trabalho, e os repositórios digitais não assumem o papel das editoras. Isto é, não há um processo instituído de revisão por pares e o processo de avaliação feita pelos editores do repositório tem como fim somente o controle da qualidade dos metadados (KURAMOTO, 2006, p. 94).

Dúvidas quanto à confiabilidade das informações contidas nos repositórios digitais foram levantadas por críticos do movimento de acesso aberto pelo fato de que, em teoria, os trabalhos disponibilizados no repositório podem ainda não ter sido publicados pelo sistema tradicional (periódicos, anais de congressos, livros, etc.). Trata-se de uma situação um tanto quanto curiosa, pois o fator confiabilidade depende da possibilidade de atribuir responsabilidade a alguém pelo trabalho e através deste modelo o centro do processo é o autor, eliminando por completo a influência dos outros agentes (editores, distribuidores, livrarias, bibliotecas, etc). Ainda assim o depósito de tais obras não arbitradas é permitido pelos periódicos que seguem a via verde (HARNAD, 2005a; DURANCEAU; HARNAD, 1999) desde que estes estejam devidamente identificados, como trabalhos ainda não arbitrados. Kling (2004 apud WEITZEL, 2005a, p. 182) sugere o termo “*electronic script (e-script)*” para este fim, designar trabalhos não publicados e não arbitrados.

Na prática, o que se encontra num repositório eletrônico é “uma coleção de textos eletrônicos em diversos estágios de formalização” (WEITZEL, 2005a, p. 182) onde os trabalhos se dividem em, não publicados e/ou não arbitrados, *preprints* (trabalhos que já foram passaram pelo processo de arbitragem, aceitos e que aguardam publicação) e *postprints* (trabalhos já publicados). O estágio do processo de publicação no qual o trabalho é depositado pode variar. Esta decisão em muitos casos será influenciada pela política de submissão do periódico em que o autor gostaria de publicar seu trabalho e do acordo feito pelo autor com a editora responsável pelo periódico onde o trabalho foi aceito. O processo de publicação envolve diretamente a discussão sobre direitos autorais (quais serão cedidos pelo autor à editora e quais direitos o autor retém). Ao final desta negociação o arquivo como trabalho não arbitrado depositado originalmente poderia ser substituído pelo *postprint* ou substituído pela versão final do trabalho em algum outro formato ou ainda, em alguns casos, o trabalho teria que ser retirado do repositório (UNIVERSITY OF NOTTINGHAM, c2006).

De acordo com Harnad (2007b) cerca de sessenta e cinco por cento das editoras hoje aceitam o auto-arquivamento (o que facilita a questão do direito autorial). Isto ocorre em resposta à repercussão do movimento de acesso aberto, que tem inclusive levado diversas organizações financiadoras de pesquisas e universidades a adotar políticas onde o auto-arquivamento é mandatório (o que não ocorreria se o fator de qualidade não pudesse ser trabalhado de forma satisfatória).

Conforme as categorizações fornecidas por Weitzel (2006) e Kuramoto (2006) o E-LIS é um provedor de dados, uma fonte secundária e gerencia em seu repositório digital temático, publicações pertencentes ao escopo da Biblioteconomia, Ciência da Informação e áreas afins. São disponibilizados no E-LIS: *preprints*, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em congressos, pôsteres apresentados em congressos, apresentações, livros, capítulos de livros, teses, artigos de jornais, entre outros. Todos os trabalhos podem ser visualizados e obtidos de forma livre e gratuita, quanto à sua utilização; isto dependerá das restrições que forem impostas pelo autor (a recomendação é para que o autor informe que direitos ele deseja reter e quais concessões ele permite na primeira página, junto ao título do trabalho).

O E-LIS totaliza no momento seis mil cento e trinta e sete (E-LIS, 2007b) trabalhos depositados. A maioria da Espanha, seguida pela Índia e pelos Estados Unidos da América. O Brasil também tem um número representativo de trabalhos (além de contar com três editores colaborativos).

A descrição deste modelo se iniciou com a explicação de que a iniciativa de repositórios digitais teria surgido para promover o acesso livre à produção científica e conseqüentemente aumentar a visibilidade da produção científica e, portanto, o seu impacto na comunidade e no desenvolvimento da ciência. Entretanto, “estima-se que apenas 15% da produção científica no mundo estejam em repositórios digitais para acesso livre, sem incluir as revistas científicas de acesso livre” (HAJJEM; HARNAD; GINGRAS, 2005, apud WEITZEL, 2006, p. 65). Isto significa que ainda é necessário, um grande esforço de inserção das opções de acesso livre e toda a filosofia que a acompanha, na mente coletiva da mesma comunidade a que serve: a comunidade científica. Por outro lado encerramos a apresentação do modelo com uma afirmação que indica um resultado positivo. De acordo com Harnad (2006) “a prática do auto-arquivamento aumenta o impacto de citações numa dramática proporção de 50 a 250 por cento”.

3.4 Os modelos, agentes e arquétipos

Apresentados os modelos de negócios que surgiram na era digital pela convergência de tecnologias é tempo de correlacioná-los com os agentes envolvidos na sua discussão: o autor, as editoras e as bibliotecas.

A preocupação das editoras e demais detentores de *copyright* (leia-se aqui direitos de reprodução) pela perda de seu “território” trouxeram medidas de controle como as já descritas (aumento dos custos de aquisição, que levou à crise dos periódicos devido aos altos preços das assinaturas e a adoção do direito contratual em detrimento do direito autoral) e algumas ainda mais radicais que poderia potencialmente afetar o modo como as bibliotecas operam. Em sua tese de mestrado, Griffey (2004) descreve questões como o direito à manutenção da privacidade do usuário e a extensão do período de vigência do *copyright*.

O caso abordado por Griffey (2004) envolvia uma ação judicial movida por uma casa publicadora de pequeno porte que disponibilizava obras que estavam sob domínio público gratuitamente na Internet. A casa publicadora era contra uma nova lei proposta nos Estados Unidos que concedia uma extensão retroativa da vigência do *copyright* por mais vinte anos. Este procedimento tiraria da circulação diversas obras que já consideradas de domínio público. As mesmas obras então, voltariam a ser disponibilizadas mediante o pagamento de *copyright*. Esta medida ainda, prorrogaria o prazo para a entrada de outras obras no domínio público e conseqüentemente estenderia o período no qual haveria o pagamento pelo direito de reproduzi-las.

Sobre o direito de manter a privacidade do usuário, Griffey descreve uma ação judicial baseada no *Digital Millenium Copyright Act* (lei que rege o *copyright* na Internet nos Estados Unidos) que permite aos detentores de *copyright* obterem mandados judiciais que obrigavam um provedor de serviços de Internet a fornecer a identificação de um usuário final que estava sob a suspeita de infringir a lei de *copyright*. Griffey (2004) traça então uma comparação do caso com bibliotecas e a posição assumida pela American Library Association – ALA (Associação Americana de Bibliotecas) uma vez que as bibliotecas que disponibilizam aos seus usuários acesso à Internet poderiam potencialmente ser considerados provedores de serviços de Internet e sofrer o mesmo tipo de ação. A posição da ALA foi de reforçar o

princípio descrito em seu código de ética de preservar a privacidade e confidencialidade do usuário quanto à informação que busca quanto sua própria identidade.

Embora os casos descritos por Griffey (2004) tenham ocorrido nos Estados Unidos da América, os conceitos que foram questionados devem ser considerados no contexto internacional; e cômicos do fato que:

Os disseminadores primários da informação incluem educadores, arquivistas e bibliotecários. Estes indivíduos e suas organizações servem o público sem ganho comercial buscando somente o benefício do usuário através da promoção de informação acessível, exposição às artes e ciências, e enriquecimento cultural, em parte proveniente do domínio público. [...] Leis de direito autoral restritivas afetam de forma adversa, autores, artistas, curadores, arquivistas, historiadores, bibliotecários e leitores, os criadores, documentaristas, mantenedores, disseminadores e usuários da [...] cultura (ASSOCIATION OF RESEARCH LIBRARIES, [2002?] apud GRIFFEY, 2004, p. 23, tradução nossa).

O movimento do acesso livre também provém da reação dos autores a esta “apropriação” do domínio público (KURAMOTO, 2006; COSTA, 2006; MACHADO, J., 2005), quando se trata da informação científica gerada a partir de pesquisas financiadas por recursos públicos.

Ciente da importância do conhecimento científico no processo de desenvolvimento e que grande parte desse conhecimento foi gerado por países do hemisfério norte, verifica-se que existe um entendimento de que somente o compartilhamento desse conhecimento pode diminuir as desigualdades sofridas de forma crônica em nosso planeta (ANDRÉ, 2005 apud KURAMOTO, 2006, p. 93).

Com as novas tecnologias da informação e comunicação, em especial a Internet, o papel de cada agente no processo de comunicação está se modificando, a delimitação de cada função se expande e vê-se a integração de responsabilidades que seriam de um nas atividades realizadas por outro (WEITZEL, 2006). O autor que deposita um artigo num repositório digital faz também o processamento técnico. O próprio autor “classifica” seu trabalho e fornece todos os outros metadados necessários cumprindo assim a tarefa de representação descritiva e temática que no modelo tradicional era atribuída ao bibliotecário. Por sua vez o bibliotecário responsável pelo repositório ao realizar a tarefa de controle de qualidade avaliando estes dados, assume uma responsabilidade editorial ao promover a publicação do trabalho no repositório digital.

Em Masse (1995 apud CAVALCANTI, 1996) vislumbrava-se o quadro existente:

[...] Há uma desconfiança de todos em relação a todos: editor/bibliotecário, autor/editor, editor/organismos colecionadores, que torna difícil a coordenação de discussões sobre o assunto. Para os editores, o controle da reprodução de documentos eletrônicos é difícil de ser efetuada [...] os bibliotecários devem preservar os direitos das bibliotecas [de promover o acesso à informação] e se fixarem à noção de isenção [de responsabilidade nas circunstâncias de abuso dos direitos autorais por parte dos usuários]. Para os autores, não existe [existia] nos contratos nenhuma alínea sobre o uso do material eletrônico [...] As bibliotecas, quando fornecem documentos em linha, por ela impressos, vão ser, também elas, editoras: acordos sobre os objetivos e um trabalho em parceria com os editores tornam-se necessários (MASSE, 1995 apud CAVALCANTI, 1996, p. 126).

Foram expostos os fatores motivadores dos modelos criados pelos editores, com seu modelo subsidiado e a busca pela consolidação no ambiente eletrônico de um modelo econômico estabelecido no mundo impresso; a posição dos autores que estão descobrindo nas novas tecnologias de informação e comunicação e na infraestrutura do acesso livre uma forma de resgatar a condição de senhoria sobre sua produção ao mesmo tempo em que se reaproxima de seu leitor; e as bibliotecas com seu modelo de trabalho cooperativo na busca de minimizar o impacto do alto custo da informação e compartilhamento na tentativa de organizar a vastidão do conhecimento produzido para possibilitar seu acesso, preservação, recuperação e disseminação.

Existe, porém ainda um agente sobre o qual nada se falou muito embora ocupe o papel central no dilema do acesso versus posse – o público geral. Nada se sabe sobre seu grau de conscientização sobre este dilema ou se dispõem de um posicionamento, uma opinião própria sobre o tema. Entretanto, se conhece a realidade de exclusão e desigualdade social que podem ser dirimidos pelo acesso à informação: “não ter acesso à informação e ao conhecimento que dela deriva pode significar a exclusão de muitos dos processos sociais, políticos, e culturais em curso” (MACHADO, J., 2005, p. 4). A isto se soma o que é afirmado por Froehlich (1997) que introduz a noção de que:

O acesso é uma consequência da capacitação. [...] existem problemas de capacitação que fundamentam a problemática do acesso. Para que as pessoas se integrem à era da informação, diversas camadas de capacitação precisam ser abordadas: alfabetização (a habilidade de ler e escrever), conhecimento da língua inglesa (a língua predominante nos recursos

informacionais, particularmente na Internet), alfabetização informática (a habilidade de interagir com e utilizar computadores), e capacitação informacional (a habilidade de compreender as fontes de informação e registros bibliográficos) [...] (FROEHLICH, 1997, p. 57, tradução nossa).

Na falta desta voz, as bibliotecas também se posicionam como elo de ligação entre os produtores (autores, editoras) e os usuários da informação. Mas para exercer esta função de forma responsável além das capacidades acima citadas acrescentam-se as seguintes ao perfil do bibliotecário:

[...] capacitação cultural (os significados que uma cultura atribui a eventos e símbolos de tal forma que uma pessoa nascida fora daquela cultura possa compreender a significância do material), capacitação tecnológica (compreendendo como traduzir e aplicar soluções e informações tecnológicas nas circunstâncias particulares de sua própria situação e cultura), capacitação científica (a compreensão de como a ciência produz conhecimento e como avaliar a pesquisa científica), e capacitação avaliativa [ou crítica] (como avaliar apropriadamente fontes de informação para sua autoridade cognitiva e o seu uso apropriado de metodologias, lógica, estatística e raciocínio). Muitas vezes a mesma capacitação também se encontra em falta nos países desenvolvidos (FROEHLICH, 1997, p. 57, tradução nossa).

Por sua vez, esta meta de capacitação tanto externa (do público geral) quanto interna (do bibliotecário), só poderá ser alcançada através da realização das funções básicas da biblioteca, especialmente a promoção do acesso à informação.

Entretanto da mesma forma que observamos três modelos de negócio atuantes hoje no ambiente digital, também é possível identificar três perfis ou “arquétipos” de bibliotecários em geral e bibliotecários de aquisição em particular. São eles: o bibliotecário guardião, o bibliotecário troiano e o bibliotecário subversivo. Jung (1964) definiu seus arquétipos como imagens primordiais ou representações de modelos mentais presentes igualmente na mente inconsciente de toda humanidade (inconsciente coletivo); ao qual recorreremos para auxiliar-nos a lidar com situações ainda não claras para nossa realidade.

A escolha do termo arquétipo é bastante apropriada para descrever esta reflexão, uma vez que cada um representa uma postura adotada pelo bibliotecário diante do desafio de prover acesso à informação no ambiente eletrônico ou virtual. E esta postura se reflete nos modelos de negócio no qual o bibliotecário atuará profissionalmente cujas limitações também serão expostas a seguir:

- O bibliotecário guardião – focado na preservação do conhecimento.

É difícil dissociar a imagem do bibliotecário guardião à imagem do bibliotecário medieval que guardava os segredos ou verdades do universo nas estantes das bibliotecas do convento, protegendo-os da humanidade ou protegendo a humanidade destes. Ou ainda, aquela velha imagem da senhora de óculos e coque que preservava a ordem e mantinha a biblioteca em estrito silêncio, um silêncio quase reverencial que se deveria observar na biblioteca, a catedral do saber. Mas a postura que objetivamos descrever aqui é outra.

O bibliotecário guardião está cômscio que no pequeno universo da biblioteca (um microcosmo) não poderá agregar toda a informação e conhecimento produzido no macrocosmo que é o universo digital. Entretanto, assume a função de preservar o conhecimento por meio da organização. O olhar do bibliotecário guardião para o universo digital é muito similar àquele que se tinha sobre a explosão bibliográfica. Seu plano de ação é semelhante: cada biblioteca deve definir seu público-alvo e área de cobertura e qualquer necessidade informacional diferente daquele sob o escopo da biblioteca será encaminhado e suprido por outra biblioteca ou outro bibliotecário congênere. Seu modelo de operação e ferramentas resistiram às provas do tempo e permanecem seguras e confiáveis. Falamos aqui do controle bibliográfico e do controle bibliográfico universal.

Os conceitos de controle bibliográfico (CB) e controle bibliográfico universal (CBU) surgiram pela necessidade de preservar e organizar o conhecimento produzido. Para tanto se selecionaram dados básicos que poderiam descrever e representar uma obra e a partir destes recuperá-la: os dados bibliográficos.

O controle bibliográfico seria então, a compilação e registro de todo o conhecimento produzido, viabilizado através das bibliografias e catálogos (MACHADO, A., 2003). Entretanto, este objetivo não pode ser alcançado de forma isolada por qualquer biblioteca. O advento da imprensa, a explosão bibliográfica e a Internet tornaram esta tarefa utópica. O controle bibliográfico universal foi então conceituado pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), com o objetivo de “promover um sistema internacional para controle e intercâmbio de informações bibliográficas” (ANDERSON apud OLIVEIRA, Z. et al, 2004, p. 179). Estes conceitos já se originaram num universo impresso em que o vulto de informação produzida ultrapassava a capacidade humana de assimilá-la; e esta última afirmativa permanece verdadeira no universo digital. O CB e o CBU foram transportados para o ambiente eletrônico por se tratarem de iniciativas

consolidadas que visam não somente ao acesso à informação como à sua preservação.

O esforço cooperativo é inerente ao trabalho do bibliotecário guardião. Ainda assim, o modelo cooperativo ou modelo baseado no controle bibliográfico se encontra limitado principalmente pelo fator tempo: a demora no processamento conseqüentemente gera atraso na disponibilização da informação. Outro fator relevante é a necessidade de capacitação tecnológica por parte do profissional. O bibliotecário guardião precisa vencer a resistência e familiarizar-se com novas ferramentas para delas fazer uso e tornar seus usuários aptos ou habilitados na utilização das mesmas.

No entanto, a maior preocupação do bibliotecário guardião advém da questão da permanência de seu acervo e coleções. Como incorporar e processar estes novos formatos ao acervo? Como manter a biblioteca como um organismo em crescimento com um acervo que não é adquirido mas sim licenciado? Como manter a obrigação financeira decorrente, assim como a “expertise necessária para implementar procedimentos de manutenção em longo prazo” (GIORDANO, 2007, p. 2, tradução nossa)? O desafio do bibliotecário guardião está em encontrar soluções equilibradas que respondam a estas questões.

- O bibliotecário troiano – focado na disponibilização do acesso à informação.

Imerso no dilema de acesso versus posse vê somente com bons olhos a adaptação do sistema editorial tradicional vindo do mundo impresso, ao ambiente eletrônico e deslumbra-se com a quantidade de informação que pode disponibilizar com a assinatura de um simples contrato. Convencendo-se de alguma forma, de que neste caso, quantidade também significa qualidade.

O bibliotecário troiano recorre à utilização do modelo descrito por Duranceau e Harnad (1999) cujo objetivo é sustentar o quanto mais possível, o aspecto econômico da informação, numa estrutura de uso controlado mediante pagamento e barreiras de proteção que impedem o acesso não autorizado. Através da aplicação de formas híbridas de publicação em que co-existem versões impressas e eletrônicas de fontes de informação. A este modelo foi dado o nome de cavalo de Tróia e ele opera da seguinte maneira:

[...] oferecendo a edição impressa pelo preço usual, a versão on-line por um pouco menos, e ambas as edições por um preço mais alto, e então permitindo que a demanda transite exclusivamente para a versão on-line quando for a hora, mas sempre sustentados pelo S/SL/PPV [assinaturas, licenciamento ou pay-per-view] (DURANCEAU; HARNAD, 1999, tradução nossa).

Segundo Duranceau, Harnad (1999) e Suber (2003) as desvantagens oferecidas pelo modelo são suplantadas por suas vantagens: a crise de preços dos periódicos, a crise de acesso, continua existindo e está sendo sustentado pelo próprio bibliotecário. O benefício pecuniário é ilusório. Para que pagar pelo acesso se a mesma informação já foi disponibilizada pelo autor num repositório digital? A crise de permissão permanece forte pois cada vez mais as bibliotecas/instituições têm de definir quem são seus usuários e qualquer desvio deste padrão pode ser caracterizado como uma quebra de contrato, ou exigirá um custo extra. Isto nos leva a perguntar: se a biblioteca receber um patrono que não se encaixa nos perfis descritos nos contratos de licenciamento, será negado o acesso à informação? Esta delimitação do tipo de usuário muitas vezes implica também em diferentes níveis de acesso a informação: o que ao menos em teoria pode levar a tratamentos diferenciados, desigualdade entre usuários.

Ainda sobre os diferentes níveis de acesso à informação surge a seguinte questão quanto à utilização do modelo subsidiado, isto se reflete também numa ampliação do acesso à informação? Valendo-nos do exemplo dado para o modelo subsidiado do portal de periódicos da CAPES é possível responder que ainda é cedo para saber. A CAPES comemora afirmando que graças ao portal a pesquisa científica cresceu cerca de 50% entre 2001 e 2006 (BIREME, 2006a). Já Kuramoto (2007) reconhece a importância do portal para o acesso à informação científica no país, mas preocupa-se, pois existem cerca de vinte e quatro mil periódicos no mundo mas o portal até o ano de 2006 oferecia acesso a cerca de 45% deste total. O autor portanto considera que mesmo com o portal de periódicos no Brasil; o acesso ao conhecimento científico produzido ainda é reduzido:

[...] a nossa comunidade acadêmica tem acesso a menos da metade da quantidade de periódicos científicos existentes no mundo. Portanto, a nossa comunidade acadêmica tem acesso a uma fração ainda menor da pesquisa publicada no mundo todo. Isto nos leva a crer que esse fato pode influenciar nosso potencial de pesquisa, que pode ser mais reduzido do que se possa pensar (KURAMOTO, 2007).

Será que este é melhor modelo para alcançar um patamar de acesso significativo? Cabe aqui uma reflexão a respeito do mérito final da iniciativa da CAPES de promover o acesso ao conhecimento. Por um lado, é possível dizer que não existe mais a “aquisição” redundante: não ocorrerá o licenciamento da mesma fonte em mais uma instituição, resultando num investimento mais eficaz e as fontes de informação estão concentradas num único portal de acesso.

Entretanto, ao tomar para si esta responsabilidade, algumas questões devem ser consideradas. Ao cortar recursos que seriam investidos diretamente nas bibliotecas universitárias para que as mesmas adquirissem individualmente o que precisavam para atender às necessidades informacionais de seus usuários, como garantir que a CAPES atende a estas necessidades com um público alvo tão vasto e diversificado? Quem melhor do que as próprias bibliotecas para saber? E apesar das complicações e dificuldades iniciais com relação à distribuição e alocação destes recursos; intervir, não terminou por prejudicar a oportunidade do bibliotecário de ganhar experiência no exercício de suas funções dentro deste modelo de negócios baseado no licenciamento de fontes? E das bibliotecas de formar redes de comunicação e trabalho cooperativo para o compartilhamento da informação em linha com o modelo de controle bibliográfico?

Sob esta ótica a adoção do modelo subsidiado descrito anteriormente é a perpetuação da “lógica de acesso pago” (WEITZEL, 2006, p. 62), uma espécie de presente de grego dos editores comerciais. Suas principais limitações são o custo das licenças e/ou sua manutenção e o fato de que na maioria não há espaço para a negociação do bibliotecário sobre aquilo que se está adquirindo. As licenças são oferecidas em pacotes fechados de títulos, levando ao licenciamento de diversos títulos que podem estar fora do escopo das bibliotecas, simplesmente para que um título fundamental à coleção possa ser disponibilizado.

O bibliotecário troiano precisa compreender que o licenciamento de fontes não é a solução final para a problemática do acesso uma vez que este acesso está condicionado a uma relação extensa de pré-requisitos que precisam ser satisfeitos antes e mesmo após o acesso à informação. Seu desafio está em conscientizar-se das limitações do modelo para efetivamente contorná-los e trazer o máximo aproveitamento desta opção à biblioteca.

- O bibliotecário subversivo – focado no usuário.

A denominação subversiva para o bibliotecário vem diretamente da proposta subversiva de Harnad (2000 apud WEITZEL, 2005a) que buscava,

difundir idéias sobre como alterar a cadeia de produção da literatura científica na web conclamando cientistas engajados na pesquisa para publicar fora do eixo comercial, e a criar espaços alternativos para publicar sem cobrar pelo acesso (HARNAD, 2000 apud WEITZEL, 2005a, p. 4).

O bibliotecário subversivo é aquele que visualiza claramente as fronteiras entre a realidade da biblioteca e os serviços que ela atualmente oferece bem como o seu potencial, em termos futuros. O bibliotecário subversivo não hesita em buscar formas alternativas de fazer com que a informação chegue ao seu usuário final. Reconhece as limitações de cada um dos modelos de negócio expostos nas subseções 3.3.1, 3.3.2 e 3.3.3, e está preparado para trabalhar com um amálgama destes.

Faz-se aqui um breve à parte para destacar o que inicialmente poderia ser visto como limitações do modelo *E-print archive* ou modelo de acesso aberto: o novo papel do bibliotecário que assume funções editoriais como a avaliação de qualidade dos metadados e a nova relação de dependência com o leitor para determinar os itens que devem ser obtidos. Uma vez que é possível encontrar trabalhos disponíveis em espaços além da publicação eletrônica de origem (periódicos, anais, teses e dissertações) ou ainda em versões diferentes. Versões estas motivados por alterações, revisões ou resumos. Tomemos como exemplo, o seguinte trabalho de Harnad intitulado *Open access to peer-reviewed research through author/institution self-archiving: maximizing research impact by maximizing online access*. Este mesmo trabalho foi publicado em um livro, e em três periódicos. O livro contém a versão na íntegra, os periódicos versões resumidas. Três versões estão em inglês e uma em francês. Como definir qual versão deve ser obtida para o acervo da biblioteca? A relevância do trabalho é determinada pelo usuário. Para Maness (2007, p. 49, grifo do autor) “as muitas noções de “autenticidade” e “autoridade”, tão importantes para o desenvolvimento de coleções, necessitarão ser repensadas no despertar dessa inovação”. Mesmo com estas limitações ou desafios; dentre os arquétipos descritos, o bibliotecário subversivo seria aquele que com maior destreza recorreria a um repositório digital.

As funções do bibliotecário envolvido com movimento de acesso livre também pode se expandir para abranger atividades tais como: a manutenção dos

repositórios digitais da instituição a que pertence bem como a união com outras bibliotecas que apóiam o movimento compartilhando a informação de suas respectivas instituições através dos repositórios digitais interoperáveis entre si. Prestar apoio na criação e divulgação de periódicos de acesso livre. Educar seus usuários sobre como e onde buscar informações de acesso aberto e sobre o movimento em si. E finalmente, sendo o bibliotecário também um autor, manifestar publicamente seu apoio ao movimento disponibilizando seu trabalho de forma aberta (MACHADO, J., 2005).

Ao invés de identificar o bibliotecário subversivo como um profissional bibliotecário voltado para o usuário, o mais correto seria identificá-lo como um agente participativo ou, no mínimo, facilitador da dinâmica de geração e transferência da informação científica. Mais do que em qualquer outra época, o bibliotecário ocuparia um papel de destaque na produção do conhecimento. Diferentemente do temor exibido por Giordano (2007) que espelha, de forma muito próxima o pensamento do bibliotecário guardião, ao preocupar-se com a “sustentabilidade da quinta lei de Ranganathan” (GIORDANO, 2007, p. 6): se realmente a biblioteca se manterá um organismo em crescimento com a adoção cada vez maior de acervos eletrônicos; o bibliotecário subversivo, integrado em sua comunidade, vê-se uma posição vantajosa para adquirir a informação gerada, divulgada e consumida por sua comunidade.

O arquétipo do bibliotecário subversivo já é descrito em artigos de biblioteconomia com uma outra denominação: bibliotecário 2.0. Este acompanha um novo movimento chamado de Biblioteca 2.0, cuja caracterização pode ser feita pelos seguintes enunciados:

É centrada no usuário. Usuários participam na criação de conteúdos e serviços que eles vêem na presença da biblioteca na web, OPAC, etc. O consumo e a criação do conteúdo são dinâmicos, e por isso as funções do bibliotecário e do usuário nem sempre são claras.

Oferece uma experiência multimídia. Ambos, coleções e serviços de Biblioteca 2.0, contêm componentes de áudio e vídeo. Embora isso nem sempre seja citado como uma função de Biblioteca 2.0, é aqui sugerido que deveria ser.

É socialmente rica. A presença da biblioteca na web inclui a presença dos usuários. Há tanto formas síncronas (e.g. MI) e assíncronas (e.g. wikis) para os usuários se comunicarem entre si e com os bibliotecários.

É comunitariamente inovadora. [...] Baseia-se no fundamento das bibliotecas como serviço comunitário, mas entende que as comunidades mudam, e as bibliotecas não devem apenas mudar com elas, elas devem permitir que os usuários mudem a biblioteca. [...] Biblioteca 2.0 é uma

comunidade virtual centrada no usuário. Ela é socialmente rica, quase sempre um espaço eletrônico igualitário. Enquanto que o Bibliotecário 2.0 deveria atuar como um facilitador e prover suporte, ele ou ela não é necessariamente o primeiro responsável pela criação do conteúdo. Os usuários interagem e criam recursos (conteúdo) uns com os outros e com os bibliotecários. (MANESS, 2007, p. 46, grifo do autor).

As ferramentas do bibliotecário 2.0 passariam a ser as plataformas desenvolvidas na Internet que oferecem um contato direto e colaborativo com o usuário. Maness (2007) explica como o bibliotecário utilizando-se de mensagens instantâneas pode se comunicar com o usuário e prestar auxílio como serviços de referência eletrônica, como as conversas entre o bibliotecário e o usuário, as perguntas do último e as informações prestadas pelo primeiro podem se tornar um banco rico de dados para o contínuo desenvolvimento do acervo da biblioteca na medida em que se estabelece uma análise das preferências e necessidades informacionais da comunidade. Fala ainda da tendência à incorporação dos *weblogs* ou *blogs* (diários eletrônicos) e dos *wikis*, que são “essencialmente páginas web abertas onde qualquer pessoa registrada no wiki pode publicar nele, melhorá-lo e mudá-lo (MANNES, 2007, p. 49). O autor destaca a importância destas novas formas de publicação e reiterando o desafio dos bibliotecários que lidarão com a aquisição de material muitas vezes carentes de arbitragem ou revisão editorial, mas ainda assim de conteúdo informacional ou cultural precioso.

Embora muitos dos conceitos abordados pela teoria da biblioteca 2.0 não sejam exatamente novos para a comunidade biblioteconômica; destaca-se a forma com que estas teorias estão sendo abraçadas e adotadas pelos bibliotecários. Como foi descrito recentemente num *blog*:

Para recapitular, os benefícios de biblioteca 2.0 tem resultado em algumas atitudes um tanto quanto subversivas por parte dos bibliotecários incluindo:

- Usando espaço pessoal na Internet para desenhar e criar potenciais novos serviços.
- Bibliotecários estão aprendendo que barreiras tecnológicas prévias estão sendo quebradas de grande forma e estão carimbando projetos tecnológicos em potencial com um ‘sim’ mais frequentemente.
- Bibliotecários estão participando mais ativamente em comunidades *online* promovendo assim melhor acesso à informação. [...]
- Através de entradas em *blogs*, vídeos no *Youtube* e outras ferramentas 2.0, nós entretivemos, promovemos e lembramos usuários que existimos e que podemos ajudar (DESCHAMPS, 2007, tradução nossa).

O que se vê é que embora as ferramentas descritas como inerentes à Biblioteca 2.0 ainda não estejam plenamente presentes e em uso pelas bibliotecas;

os bibliotecários estão cada vez mais ingressando no ambiente virtual com uma atitude aberta e inovadora contribuindo para o desenvolvimento da classe biblioteconômica e aceitando o desafio de atualização e treinamento contínuo. O título daquela entrada no *blog*? *Nós pedimos bibliotecas 2.0 e conseguimos bibliotecários 2.0* (DESCHAMPS, 2007, tradução nossa).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das alterações sobre o suporte da informação e a inerente transformação da sociedade em função da informação, traçou-se um panorama do papel da biblioteca no processo de produção e comunicação da ciência. Processo este que está em transição sob o efeito das novas tecnologias da informação e comunicação, e que se traduz na biblioteca através do dilema acesso *versus* posse.

Constata-se que além da preocupação com o processamento técnico, preservação, organização e disseminação da informação em seu novo suporte, crescente atenção deve ser dada às medidas de preservação do copyright e controle do acesso à informação que são adotadas uma vez que trazem significativas alterações na forma com que a biblioteca pode operar.

Verifica-se que, para que a biblioteca possa efetivamente “investir na filosofia de acesso [...] e assumir uma postura centrada no processo de comunicação” (CARVALHO; KANISKI, 2000, p. 37); o bibliotecário deve expandir a sua compreensão do dilema do acesso *versus* posse para além da noção de tangibilidade ou intangibilidade da coleção e despertar para a necessidade de compreender “as dimensões éticas e legais de seu trabalho” (FROEHLICH, 1997, p. 1, tradução nossa). A promoção do acesso à informação envolve o uso das novas tecnologias da informação para o “compartilhamento de recursos informacionais, o trabalho em rede [...] [e] cooperação interinstitucional” (CARVALHO; KANISKI, 2000, p. 37). E este compartilhamento implica na necessidade do “estabelecimento de padrões éticos, diretrizes, princípios e valores comuns entre bibliotecários e profissionais da informação” (FROEHLICH, 1997, p. 1, tradução nossa) que com o crescimento das redes de cooperação estarão colaborando tanto em nível local e regional quanto internacionalmente.

O bibliotecário de aquisição deve comunicar as necessidades informacionais da biblioteca e trocar experiências com outros profissionais transitando entre fronteiras, culturas e realidades sócio-econômicas. Neste contexto se insere a necessidade de conhecer as leis e regulamentações nacionais e internacionais de direito autoral e copyright. A compreensão deste cenário contribuirá significativamente para o processo decisório do bibliotecário, quando o mesmo avalia que solução de acesso deve adotar: o licenciamento de periódicos, iniciativas de colaboração, de acesso livre ou uma combinação destas. Com relação aos

modelos de negócios identificados no ambiente digital e os arquétipos do bibliotecário descritos nas páginas anteriores de maneira alguma se pretende destacar um ou outro como a melhor solução mas sim trazer para a mesa de discussão as vantagens e desvantagens de cada um. Todos os modelos tem capacidade de conviver e desenvolver-se no ambiente virtual. A idéia é mostrar ao bibliotecário que ele terá que lidar com esses três modelos de negócio que surgiram como resultado dos avanços tecnológicos e que não há receitas de sucesso, mas posturas.

A subversão do bibliotecário neste contexto nada mais é do que assumir efetivamente seu papel na sociedade da informação, não somente como *servus servorum scientiae*, mas também como verdadeiro servo da ciência, cientista que é. Com o bibliotecário consciente que é seu também o papel de descobrir, pesquisar, explorar e desenvolver todos os meios disponíveis de promover o acesso à informação, mesmo que isto inclua soluções que aparentemente desviariam do padrão estabelecido. “Diante da intangibilidade do nosso objeto de trabalho, utilidade social, visibilidade, demanda social devem ser buscados obsessivamente pelas bibliotecas” (MARCONDES, 1998, p. 62). Assim a subversão dar-se-á na alteração das relações de poder ofertado pela democratização do acesso à informação.

Com as novas tecnologias da informação e comunicação o bibliotecário de aquisição está numa posição de primazia para cada vez mais exercer e expandir seu papel dentro da biblioteca, aprimorando suas funções técnicas e administrativas e assumindo mais atividades políticas, de coordenação, e liderança. Em maior ou menor grau, todos os dilemas vividos pelo bibliotecário de aquisição são ou serão vividos por todos os bibliotecários em qualquer setor da biblioteca. No entanto, os bibliotecários de aquisição, como explicou Figueiredo (1996, p. 253), “sem dúvida [...] serão líderes da profissão, quando se tratar de acessar e distribuir informação”.

Assim, o bibliotecário de aquisição se posicionará na vanguarda da biblioteconomia, por sua experiência no desenvolvimento de relações, sejam elas de negócio (entre a biblioteca e fornecedores externos provenientes da experiência com o licenciamento de fontes de informação do modelo subsidiado) ou relações de cooperação (entre bibliotecas e entre instituições provenientes do trabalho colaborativo e acordos desenvolvidos nos modelos cooperativo e de acesso livre); por sua versatilidade com os diferentes modelos de negócio e formatos de

informação e por sua visão estratégica tanto dos processos internos da biblioteca quanto das transformações externas da sociedade.

Para concluir, o termo desenvolvimento sustentável é muito conhecido nos discursos sobre a preservação da natureza; mas um paralelo pode ser traçado com a preservação das bibliotecas, uma vez que o aproveitamento dos recursos de ambas precisa ser feita cada vez com maior eficiência. Para tanto as posturas do bibliotecário de aquisição devem ser aquelas que trarão sustentabilidade à biblioteca.

REFERÊNCIAS

ABOUT E-LIS. [Italy, 2007]. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/about.html>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

ANDRADE, D.; VERGUEIRO, W. O futuro da aquisição. In: _____. **Aquisição de materiais de informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos Livros, 1996. p. 93-102.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação: numeração progressiva das seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 6033**: ordem alfabética. Rio de Janeiro, 1989.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BENNET, O. **Alternatives to intellectual property** [modulo de palestra on-line]. Cambridge, MA, 2000. Disponível em: <<http://cyber.law.harvard.edu/property00/alternatives/main.html>>. Acesso em: 28 jun. 2007.

BIREME. **BIREME - Fundamentos, Missão, Objetivos e Funções**. São Paulo, 2004a. [5 p.] [Documento Word]. Disponível em: <<http://www.bireme.br/local/Site/bireme/P/fundamentos.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2007.

_____. **Diretório da rede BVS**. São Paulo, 2004b. Disponível em: <<http://centros.bvsalud.org/index.php?lang=>>>. Acesso em: 24 jul. 2007.

_____. **Guia BVS 2005**. São Paulo, 2005a. Disponível em: <<http://bvsmodelo.bvsalud.org/php/level.php?lang=pt&component=16&item=118>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. **Perguntas mais freqüentes: sobre a BVS**. São Paulo, 2005b. Disponível em: <<http://bvsmodelo.bvsalud.org/myfaq/index.php?action=show&cat=1>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. O Portal de Periódicos CAPES e o crescimento da ciência brasileira. **Newsletter BVS**, São Paulo, n. 053, 21 jul. 2006a. Disponível em: <<http://newsletter.bireme.br/new/index.php?lang=pt&newsletter=20060721#1>>. Acesso em: 26 jul 2007.

BIREME; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Metodologia LILACS**: guia de seleção de documentos para a base de dados LILACS. 5.ed. rev. amp. São Paulo, 2006b. 49p. Disponível em: <<http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/lilacs/LILACS-1-GuiaSelecao-pt.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

BLATTMANN, U.; ALVES, M. Organizações virtuais da informação. **Biblios**, Rio Grande, v. 11, p. 119-131, 1999.

BOLLIER, D. The future of creative control in the digital age. In: ARTISTS, TECHNOLOGY AND THE OWNERSHIP OF CREATIVE CONTENT, CREATIVE CONTROL IN THE DIGITAL AGE: SCENARIOS FOR THE FUTURE, 2001, Los Angeles. [**Annals...**], Los Angeles: ATO conference committee, 2001. p. 11-17. Disponível em: <http://www.learcenter.org/images/event_uploads/finalconfpub2001.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2007.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 36, 20 fev. 1998. Seção 1, p. 3-9. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm>. Acesso em: 29 jun. 2007.

CAPES. **FAQ – respostas para suas perguntas**. Brasília, DF, c2004a. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. **Informações para bibliotecários**. Brasília, DF, c2004b. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. **Normas**. Brasília, DF, c2004c. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. **Sobre a CAPES: história e missão**. Brasília, DF, c2006. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/sobre/historia.html>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. **Treinamento no acesso ao Portal.periodicos.Capes** [apresentação em PowerPoint]. Brasília, 2007a. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

_____. Coordenação de Acesso à Informação Científica e Tecnológica da Capes. **Informações [sobre a formação e desenvolvimento de coleções no universo digital]**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <curare_sms@hotmail.com> em 06 set. 2007b.

CASTELLS, M. A revolução da tecnologia da informação. In: _____. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. cap. 1. p. 49-53.

_____. A economia informacional e o processo de globalização. In: _____. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venâncio Majer. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. cap. 2. p. 87-88.

CARVALHO, I.; KANISKI, A. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 29, n. 3, p. 33-39, 2000.

CAVALCANTI, C. Da Alexandria do Egito à Alexandria do espaço: um exercício de revisão de literatura. Brasília: Thesaurus, 1996. 240p.

COPYLEFT. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Flórida, EUA: Fundação Wikimedia: 2007. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Copyleft>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

COSTA, S. Filosofia aberta, modelos de negócios e agências de fomento: elementos essenciais a uma discussão sobre o acesso aberto à informação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 39-50, 2006.

CREATIVE commons. San Francisco, CA, 2001. Disponível em: <<http://creativecommons.org>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

CREATIVE commons Brasil. [Rio de Janeiro, 2004]. Disponível em: <<http://www.creativecommons.org.br>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

CUNHA, M. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 3, p. 257-268, 1999.

DAVIS, T. License agreements in lieu of copyright: are we signing away our rights? **Library acquisitions: practice & theory**, v. 21, n. 1, p. 19-27, 1997.

DURANCEAU, E.; HARNAD, S. Electronic journal forum: resetting our intuition pumps for the online-only era: a conversation with Stevan Harnad. *Serials Review*, v. 25, n. 1, p. 109-115, 1999. Disponível em: <<http://cogprints.org/1696/00/harnad99.ejournal.html>>. Acesso em: 9 jul. 2007.

E-LIS editorial document. [Italy], 5 apr. 2007a. Disponível em: <http://elisdocs.rclis.org/gmanagement/elis_gad.html>. Acesso em: 28 jul. 2007.

E-LIS e-prints in Library and Information Science. [Italy, 29 jul. 2007b]. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Copyright Law of the United States of America and related Laws contained in Title 17 of the United States Code**. Washington, DC: U.S. Copyright Office, 2007. Disponível em: <<http://www.copyright.gov/title17/92chap1.html>>. Acesso em: 04 jul. 2007.

EVANS, G. **Developing library and information center collections**. 4. ed. Engelwood, CA: Libraries Unlimited, 2000.

EWING, J. Copyright and authors. **First Monday**, v. 8, n. 10, 2003. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue8_10/ewing/index.html>. Acesso em: 29 jun. 2007.

FAIR use. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Flórida, EUA: Fundação Wikimedia: 2007. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fair_use>. Acesso em: 1 jul. 2007.

FREQUENTLY asked questions. [Italy, 2007]. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/faq.html#01>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

FROEHLICH, T. Survey and analysis of the major ethical and legal issues facing library and information services. Munchen: Saur, 1997. 99p. (IFLA publications, n. 78),

GIAVARRA, E. **Licensing digital resources**: how to avoid the legal pitfalls. 2nd ed. Luxembourg: EBLIDA, 2001. 23p.

GIORDANO, T. Electronic Resources Management and Long Term Preservation (Is the library a growing organism?) In: CULTURAL HERITAGE ON LINE: The Challenge of Accessibility and Preservation, 2006, Florence. [**Annals**]. [Florence?]: [S. n.], 2006. p. 1-6. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00008952/01/E-Lis-GIORDANO-2007-final.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2007.

GRIFFEY, J. The perils of strong copyright: the American Library Association and free culture. Chapel Hill, NC: [S. n.], 2004. 77p. Disponível em: <<http://etd.ils.unc.edu:8080/dspace/bitstream/1901/28/1/Jason+Griffey+Masters+Paper+4.0.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2007.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. Tradução Miriam Vieira da Cunha 2. ed. cor. e aum. Brasília: FBB: IBICT, 1994. p. 41-57.

HANSMANN, H; SANTILLI, M. Authors' and artists' moral rights: a comparative legal and economic analysis. **Journal of legal studies**, Chicago, IL, v. 26, n. 1, p. 95[144], 1997. Disponível em: <<http://cyber.law.harvard.edu/property00/respect/hansmann.html>>. Acesso em: 04 jul. 2007.

HARNAD, S. The Green and Gold Roads to Maximizing Journal Article Access, Usage and Impact. Haworth Press, [S. l.], 1 jul. 2005. Skywriting: Scholarly and Leisurely [coluna ocasional]. Disponível em: <<http://www.haworthpress.com/library/StevanHarnad/07012005.asp>>. Acesso em: 9 jul. 2007.

_____. Publish or perish - self-archive to flourish: the green route to open access. **ERCIM news**, France, n. 64, 2006. Disponível em: <http://www.ercim.org/publication/Ercim_News/enw64/harnad.html>. Acesso em: 29 jul. 2007.

_____. The green road to open access: a leveraged transition. In: ANNA, G. **The Culture of Periodicals from the Perspective of the Electronic Age**. Paris: L'Harmattan, 2007a. p. 99-105. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/13309/01/greenroad.html>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

_____. **On "Open Access" publishers who oppose open access self-archiving mandates.** Southampton: ECS E-prints, 2007b. Disponível em: <<http://eprints.ecs.soton.ac.uk/13650/01/oapub.html>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

HOLDERNESS, M. Authors' rights *versus* copyright. In: INTERNATIONAL FEDERATION OF JOURNALISTS FREELANCE CONFERENCE, 1995, Amsterdam. Disponível em: <<http://media.gn.apc.org/c-rights.html>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Declarações sobre o acesso livre (open Access).** Brasília, DF, c2005a. Disponível em: <http://www.ibict.br/openaccess/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=63>. Acesso em: 4 jul. 2007.

_____. **Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica.** Brasília, DF, c2005b. Disponível em: <http://www.ibict.br/openaccess/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=63>. Acesso em: 4 jul. 2007.

KANE, L. Access vs. ownership: do we have to make a choice? **College & Research Libraries**, v. 58, n. 1, p. 59-67, 1997.

KURAMOTO, H. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 91-102, 2006.

_____. **Entendendo o acesso livre à informação científica.** Mensagem publicada no Blog do Kuramoto em 14 jul. 2007. Disponível em: <<http://blogdokura.blogspot.com/>>. Acesso em: 26 jul. 2007.

LESSIG, L. **Free culture:** how big media uses technology and the law to lock down culture and control creativity. New York: Penguin Press, 2004. 348 p. Disponível em: <<http://www.free-culture.cc/freecontent/>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

LEVACOV, M. Bibliotecas virtuais: (r)evolução? **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 125-135, 1997.

LEVINSON, P. **The soft edge:** a natural history and future of the information revolution. London: Routledge, 1997. 257 p.

LIBRARY OF CONGRESS. **About the prints and photographs online catalog.** Washington, DC, 2006. Disponível em: <<http://www.loc.gov/rr/print/catalogabt.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

_____. **Prints and photographs online catalog.** Washington, DC, 2007. Disponível em: <<http://lcweb2.loc.gov/pp/pphome.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

MACHADO, A. Controle Bibliográfico. In: _____. **Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética.** São Paulo: Ed. UNESP, 2003. p. 39-65.

MACHADO, J. Difusão do conhecimento e inovação – acesso aberto a publicações científicas. In: BAUNGARTER, M. (Org.). **Conhecimentos e redes – sociedade,**

política e inovação. Porto Alegre: Ed. UFRGS: ALAS, 2005. 191 p. Disponível em: <www.uspleste.usp.br/machado/t_05/acesso_aberto_machado.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2007.

_____. **Sobre o movimento acesso aberto.** São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.acessoaberto.org/>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

MARCONDES, C. Tecnologias da informação e impacto na formação do profissional da informação. In: Encuentro de directores y segundo de docentes de las escuelas de Bibliotecología del Mercosur, 3., 1998, Santiago, Chile. [**Anales ...**] Santiago, Chile: UTEM, 1998. Disponível em: <<http://www.utem.cl/deptogestinfo/extension.htm#segundo>>. Acesso em: 30 jul. 2007.

MARTINS FILHO, P. Direitos autorais na Internet. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 2, p. 183-188, 1998.

MEADOWS, A. Os periódicos científicos e a transição do meio impresso para o eletrônico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 25, n. 1, p. 5-14, 2001.

_____. **A comunicação científica.** Tradução Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268 p.

(MIS)LEADING open access myths. **Open access now.** London: BioMed Central, 2003. Disponível em: <<http://www.biomedcentral.com/openaccess/inquiry/myths/?myth=all>>. Acesso em: 7 jul. 2007.

MONTEIRO, S. A forma eletrônica do hipertexto. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 25-39, 2000.

MUELLER, S. O periódico científico. In: CAMPELLO, B. (Org.); CENDÓN, B. (Org.); KREMER, J. (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 73-95.

NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. **Fact sheet MEDLINE.** Bethesda, MD, 2007a. Disponível em: <<http://www.nlm.nih.gov/pubs/factsheets/medline.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

_____. **Fact sheet PubMed: MEDLINE retrieval on the world wide web.** Bethesda, Md, 2006. Disponível em: <<http://www.nlm.nih.gov/pubs/factsheets/pubmed.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

_____. **PubMed.** Bethesda, Md, 2007b. Disponível em: http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez?Db=pubmed&Cmd=ShowDetailView&TermToSearch=17549250&ordinal_pos=2&itool=EntrezSystem2.PEntrez.Pubmed.Pubmed_ResultsPanel.Pubmed_RVDocSum>. Acesso em: 21 jul. 2007.

NIMUS, A. (Org.). **Copyright, copyleft e as creative anti-commons.** Berlin: [S. n.], 2006. Disponível em: <http://www.openelibrary.info/autorsview.php?id_autore=745>. Acesso em: 29 jun. 2007.

ODDONE, M.; MEIRELLES, R. O portal de periódicos da CAPES e os indicadores de desempenho da informação eletrônica. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2006. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun06/Art_02.htm>. Acesso em: 25 jul. 2007.

OHIRA, M.; PRADO, N. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos de periódicos brasileiros (1995/2000). **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 61-74, 2002.

OLIVEIRA, C.; BOTELHO, R. Direitos Autorais *versus* pirataria editorial na Universidade: algumas reflexões. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2007. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr07/Art_04.htm>. Acesso em: 30 jun. 2007.

OLIVEIRA, Z. et al. O uso do campo MARC 9XX para controle bibliográfico institucional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 179-186, 2004.

OKERSON, A. The Liblicense Project: seven years after. In: ZWOLLE CONFERENCES, 3., 2004. **Optimal management of copyright: making it happen**. Zwolle: Zwolle group, 2004. [7p.]. Disponível em: <http://copyright.surf.nl/copyright/archive/zwolle_conferences/2004feb/ZwolleIII_Okerson.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2007

PALOMBO, S. **Informação sobre a formação e desenvolvimento de coleções no universo digital** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <curare_sms@hotmail.com> em 31 ago. 2007.

QUEIROZ, D. As limitações aos direitos autorais na legislação brasileira e a questão da cópia privada. **Jus Navigandi**, Teresina, v. 11, n. 1456, 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10064>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

REPOSITÓRIOS digitais. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Glossário**. Brasília, DF, c2005. Disponível em: <http://www.ibict.br/openaccess/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=7&Itemid=46&limit=10&limitstart=10>. Acesso em: 4 jul. 2007.

ROSENBLATT, B. **Moral rights Basics**. Cambridge, MA: Harvard Law School, 1998. Disponível em: <<http://cyber.law.harvard.edu/property/library/moralprimer.html>>. Acesso em: 04 jul. 2007.

STALLMAN, R. **The GNU Project**. Boston, MA: Free Software Foundation, c2007. Disponível em: <<http://www.gnu.org/gnu/thegnuproject.html>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

STANDLER, R. **Moral rights of authors in the USA**. Concord, NH, c1998. Disponível em : <<http://www.rbs2.com/moral.htm>>. Acesso em : 04 jul. 2007.

SUBER, P. Removing the barriers to research: an introduction to open access for librarians. **College & Research Libraries News**, Chicago, IL., v. 64, n. 2, p. 92-94, 113, 2003. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/writing/acrl.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2007.

_____. Open access overview: focusing on open access to peer-reviewed research articles and their preprints. [Richmond, IN, EUA], c2006. Disponível em: <<http://www.earlham.edu/~peters/fos/overview.htm>>. Acesso em: 5 jul. 2007.

SUBMISSION policy. [Italy, 2007]. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/policy.html>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

TOMAÉL, M. et al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na Internet. In: TOMAÉL, M. (Org.); VALENTIM, M. (Org.). Avaliação de fontes de informação na Internet. Londrina: EDUEL, 2004. p. 19-40.

UNIVERSIDADES estão sem periódicos. **Boletim eletrônico da SBQ**, São Paulo, n. 220, biênio 2000-2002. Disponível em: <<http://www.s bq.org.br/publicacoes/beletronic o/index2b2.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

UNIVERSITY OF NOTTINGHAM. **SHERPA/RoMEU: publisher copyright policies & self-archiving**. Nottingham, c2006. Disponível em: <<http://www.sherpa.ac.uk/projects/sherparomeo.html>>. Acesso em: 20 nov. 2007.

VERGUEIRO, W. Desenvolvimento de coleções: uma nova visão para o planejamento de recursos informacionais. **Ciência da informação**, Brasília, DF, v. 22, n. 1, p. 13-21, 1993.

VOLUNTEER opportunities. [Italy, 2007]. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/support.html#collaboration>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

WEITZEL, S. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 51-71, 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seeremquestao/ojs/viewarticle.php?id=23>>. Acesso em: 7 jul. 2007.

_____. E-prints: modelo da comunicação científica em transição. In: FERREIRA, S. (Org.); TARGINO, M. (Org.). **Preparação de revistas científicas: teoria e prática**. São Paulo: Reichmann & Autores, 2005a. p. 161-193.

_____. Iniciativa de arquivos abertos como nova forma de comunicação científica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 3, 2005, São Paulo. [Anais...]. [São Paulo]: ALAIC: ECA-USP, 2005b. 15p. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/archive/00004186/01/Simoneoai.pdf>>. Grupo de discussão: Como democratizar a comunicação nas novas mídias (internet – inclusão digital).

_____. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, 2002.